ENEL BRASIL S.A.

(Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.)

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2015

Srs. Acionistas:
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Brasil S/A submete a apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A Enel Brasil S.A é uma companhia do Grupo Enel. A Enel é uma das maiores empresas de energia do Mundo. **1) Perfil:** Uma das cinco maiores empresas privadas do setor elétrico brasileiro, a Enel Brasil S. A. é uma holding de companhias que atuam em distribuição, geração, prestação de serviços, conversão e transmissão de energia. Com sede em Niterói (RJ), a empresa mantém operações em quatro estados brasileiros: Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e Rio Grande do Sul. Os serviços de distribuição são destinados a consumidores residenciais, comerciais, industriais, rurais e de setores públicos, com fornecimento de energia a aproximadamente 15 milhões de pessoas, com 6 milhões de clientes, nos Estados do Rio de Janeiro e do Ceará. Em geração, são atendidas distribuidoras, comercializadoras e clientes livres de diversas partes do País. Por meio da Prátil, empresa constituída em 2009, a Enel Brasil oferece produtos massivos e presta serviços corporativos e institucionais, a exemplo de instalações elétricas e eficientização energética, para pessoas físicas e jurídicas nos estados do Ceará e Rio de Janeiro. A Enel Brasil encerrou o exercício de 2015 com 16.967 colaboradores, sendo 2.603 próprios e 14.364 parceiros. Com receita líquida de R$ 10,22 bilhões, registrou EBITDA de R$ 1,7 bilhões e lucro líquido de R$ 587 milhões no ano de 2015. A Enel Brasil é a subsidiária brasileira da Enersis Américas S.A, controlada pelo Grupo italiano Enel. Constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, a Enel Brasil possui o controle majoritário em duas distribuidoras de energia (Ampla Energia e Coelce), duas empresas de geração (CDSA e CGTF), uma empresa de transmissão (CIEN) e uma empresa de prestação de serviços para o setor de energia (Prátil). Além destes ativos, a Enel Brasil possui participação minoritária em sociedades com propósito específico (SPEs) para construção de usinas eólicas no nordeste do Brasil, em conjunto com a Enel Green Power.

2) Principais Indicadores

Indicadores Gerais (consolidado)	**2015**	**2014**
Ativo total - R$ mil	15.521.556	13.762.921
Patrimônio líquido - R$ mil	7.542.555	7.112.912
Divida bruta - R$ mil	3.115.045	3.070.926
Dívida líquida - R$ mil	2.399.481	1.976.542
Número Total de Colaboradores	**16.967**	**14.288**
Próprios	2.603	2.677
Parceiros	14.364	11.611
Indicadores da Geração 2015		
Energia Gerada - Gwh	4.518	5.343
Energia Vendida- Gwh	6.662	7.226
Indicadores da Distribuição		
Energia Fornecida - Venda e Transporte	23.088	22.878
Número de Consumidores	6.733.583	6.500.500

3) Desempenho Econômico

Valores em R$ Mil	**2015**	**2014**	**Var. (1)**
Receita operacional bruta	15.945.336	12.137.790	31,37%
Deduções da receita bruta	-5.722.537	-2.716.939	<100,0%
Receita operacional líquida	10.222.799	9.420.851	8,51%
Custos do serviço e despesas operacionais	-9.085.233	-7.118.594	27,63%
EBITDA(2)	1.682.453	2.847.231	<-100,0%
Margem EBITDA	**16,46%**	**30,22%**	**-13,76 p.p.**
EBIT(3)	1.137.566	2.302.257	<-100,0%
Margem EBIT	**11,13%**	**24,44%**	**-13,31 p.p**
Resultado financeiro	631.836	336.250	87,91%
Imposto de renda e contribuição social	-386.686	-282.709	36,78%
Lucro líquido	587.178	872.642	<-100,0%
Margem líquida	**5,74%**	**0,66%**	**+5,08 p.p**
Lucro por ação (R$/ação)	3,29	4,88	-32,71%

(1) Variação entre 2015 e 2014; 2) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciações e Amortizações; (3) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro. O desempenho econômico da Enel Brasil S.A. espelha os fatos econômicos associados às empresas as quais consolida. A receita operacional bruta de 2015 foi superior a apresentada no ano de 2014 em 31,37%, se deve, principalmente, aos reajustes/revisões tarifários aplicados em 2015, em conjunto, com a elevação do preço de venda de energia no spot e a contabilização dos ativos e passivos regulatórios nas distribuidoras, através da assinatura ao aditivo do contrato de concessão. • As deduções da receita tiveram um incremento superior a 100%, atreladas ao aumento da receita operacional bruta. Os custos e despesas operacionais apresentaram um incremento de 27,63%, decorrente, principalmente, por maiores gastos com compra de energia, produto da maior demanda e de maior preço (efeito combinado da descontratação e maior PLD). Estas variações implicaram em um EBITDA de R$ 1,7 bilhões, R$ 1,1 bilhões superior ao apresentado em 2014. **4) Responsabilidade Socioambiental:** Para as empresas da Enel Brasil, a sustentabilidade é compreendida com um conceito tridimensional, que integra comportamento responsável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos. O planejamento estratégico do grupo, é executado a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores e sociedade e possui objetivos, metas e indicadores monitorados nas diversas áreas das empresas, em alinhamento com os compromissos para o desenvolvimento sustentável. Os 57 projetos socioambientais desenvolvidos nas comunidades 2015 são focados em iniciativas de educação para o consumo consciente e disseminação de conceitos e práticas de sustentabilidade, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso irregular de energia, no caso das distribuidoras, assim como o apoio ao desenvolvimento local, à geração de renda e a democratização do acesso à cultura em todas as empresas. Com o desenvolvimento dos seus variados projetos, somente em 2015, a Enel Brasil empregou 94 jovens, gerou mais de R$2 milhões de renda para as comunidades em que atuou, trocou cerca de 180 mil lâmpadas incandescente por lâmpadas econômicas e alcançou uma redução de energia de 38.230 mW/ano. No total, foram investidos R$ 49 milhões e beneficiadas diretamente 2,6 milhões de pessoas de 157 municípios, dos quatro estados de atuação no Brasil: Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e Rio Grande do Sul. Dentre os projetos desenvolvidos pelas empresas da Enel Brasil que atendem às necessidades e particularidades de cada localidade, merecem destaque em 2015 as seguintes iniciativas: **Programa de Cultura da Sustentabilidade "Ser – Sustentabilidade em Rede":** Lançado em 2015, com o objetivo de criar e difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor, o programa promove ações focadas na transformação dos espaços, dos processos e das pessoas na empresa. Nas ações promovidas durante o "Mês Ser", a Enel Brasil contou com mais de 5.200 participações de colaboradores, distribuídas em 101 atividades, que reforçaram conceitos e práticas nos pilares Ser Econômico, Ser Social, Ser Ambiental e Ser Humano. **N.O.V.A. –** Nós Vivemos o Amanhã: O projeto NO.V.A - Nós Vivemos o Amanhã, desenvolvido pela Ampla e chancelado pela Enel, é uma iniciativa de crowdsourcing utilizada para ajudar a construir uma casa do futuro. Através da plataforma www.nosvivemosoamanha.com.br, 28 mil internautas, de 110 países, sugeriram 4 mil ideias para a casa, que envolvem temas como sistemas inteligentes, economia colaborativa, arquitetura verde e energia. A etapa final do projeto consiste na construção da residência experimental em Niterói, com o objetivo de investigar os hábitos dos clientes no futuro, tanto do ponto de vista comportamental quanto do consumo de recursos naturais. A Casa do Futuro será utilizada pela Ampla e empresas parceiras em estudos de eficiência energética, além de funcionar como um living lab, testando novas experiências de consumo e convivência num modelo inédito, com tecnologias inovadoras. **Rede de Lideranças Comunitárias:** Todos os projetos socioambientais em educação, geração de renda, eficiência energética e cultura das distribuidoras Ampla e Coelce, são apoiados pela Rede de Lideranças Comunitárias, que promove reuniões periódicas e constitui um canal direto de comunicação entre as empresas e os 436 líderes ativos no projeto. O líder comunitário auxilia na identificação das demandas em relação à melhoria da qualidade dos serviços prestados e também proporciona maior proximidade e parceria entre clientes que residem em comunidades carentes, contribuindo também para a redução dos conflitos de interesse, com essa nova forma de relacionamento. **Educação para o consumo consciente:** Vários são os projetos com objetivo educacional em todas as empresas do grupo. Na Ampla e na Coelce, as diversas iniciativas abordam temas sobre consumo consciente, meio ambiente, direitos e deveres do consumidor, orçamento doméstico, troca de lâmpadas incandescentes por fluorescentes, além de mercado de trabalho e geração de renda. Através de oficinas e palestras do Consciência Ampla Saber e do Coelce nos Bairros, mais de 77 mil consumidores foram contemplados. Com o Consciência Ampla Futuro e o Coelce nas escolas, 32.200 estudantes de escolas públicas puderam ter acesso à educação para o consumo consciente. Com o intuito de atender também àqueles clientes localizados fora dos grandes centros, o Consciência Ampla sobre rodas e a Nave Coelce, reforçam o consumo consciente com as carretas itinerantes equipadas com maquete explicativa e simuladores de consumo, atendendo mais de 30 mil pessoas neste ano. Os projetos contam também com uma equipe de Agentes Comunitários, que em 2015, atenderam cerca de 30 mil pessoas realizando visitas domiciliares e serviços comerciais nessas localidades atendidas pelos projetos, que além das dicas de consumo consciente focadas na realidade de cada residência e famílias, os agentes também levantam dados socioeconômicos e realizam encaminhamentos das famílias para outros projetos sociais, como a troca de geladeiras. Nas geradoras e transmissora, as questões sobre consumo consciente e meio ambiente também são bastante desenvolvidas entre a comunidade do entorno das empresas. O projeto Geração Consciente, que abre as portas das empresas para visitação e palestras sobre suas práticas de gestão, consumo consciente, caminhos da energia, segurança e atuação social com o entorno, lançou em 2015 o módulo "Guardiões da Energia". Esse módulo trabalha com alunos das escolas municipais da região, participando de uma gincana de economia de energia e educação para o consumo consciente, atendendo em 2015, 350 pessoas para visitas e palestras. **Ecoelce e Consciência Ecoampla:** Os dois projetos, desenvolvidos por Ampla e Coelce, estimulam a conscientização sobre o uso adequado dos recursos ambientais, incentivando a reciclagem e o uso consciente da energia. São realizadas parcerias com recicladores para que os clientes das distribuidoras possam trocar seus resíduos por bônus na conta de luz. Em toda área de concessão das empresas, os clientes contam com 161 pontos de coleta, que arrecadaram mais de 4,3 mil toneladas de resíduos em 2015, revertidos em R$ 858 mil de descontos. **Consciência Ampla Saber e Coelce nos Bairros:** Promove a educação para o consumo consciente para consumidores residentes em localidades de perfil baixa renda e, na sua maioria, acontecem em espaços indicados por líderes da Rede de Lideranças. São realizadas palestras e oficinas sobre o consumo consciente, meio ambiente, direitos e deveres do consumidor, orçamento doméstico e troca de lâmpadas incandescentes por fluorescentes. Os projetos contam com uma equipe de Agentes Comunitários que realizam visitas domiciliares e serviços comerciais nessas localidades atendidas pelos projetos. Além das dicas de consumo consciente focadas na realidade de cada residência e famílias, os agentes também levantam dados socioeconômicos e realizam encaminhamentos das famílias para outros projetos sociais, como a troca de geladeiras. Em 2015, as palestras e oficinas beneficiaram 77.376 consumidores das distribuidoras, além de ter atendido mais de 30 mil pessoas através dos Agentes Comunitários. **Troca Eficiente de Geladeiras:** A iniciativa viabilizou a troca de 14.604 refrigeradores, para clientes em comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro e Ceará. Em conjunto com os outros projetos, promove a adequação do consumo de energia ao orçamento familiar, aumentando a capacidade de pagamento da conta de luz e bem-estar das famílias. Promove também a sustentabilidade do serviço de distribuição de energia e do relacionamento com clientes em regiões socialmente mais vulneráveis, atendidas pelas distribuidoras Ampla e Coelce. **Programa Enel Brasil Oportunidade:** Consciência Ampla Oportunidade (Ampla), Energia Social Oportunidade (Coelce) e Enel Brasil Oportunidade (Endesa Fortaleza, Coelce e Ampla) - Os projetos contribuem com a geração de renda em comunidades de vulnerabilidade social e promovem o consumo consciente de energia. Conduz atividades de capacitação para jovens provenientes de famílias de baixa renda para seu ingresso no mercado de trabalho. Alguns líderes comunitários participantes da Rede de Lideranças Comunitárias indicam jovens de suas comunidades para que possam se preparar e capacitar para um emprego. Atualmente, estão empregados em empresas que prestam serviço para as distribuidoras, parceiras do projeto ou estagiando nas próprias distribuidoras, 287 jovens. **Rede do Bem –** Programa de voluntariado Enel Brasil: Desde 2012 a Rede do Bem promove ações de voluntariado, a fim de estimular a cidadania e criar um ambiente de cooperação entre os colaboradores das empresas do grupo Enel com as comunidades. Em 2015 o programa passou por uma reformulação com o lançamento da plataforma digital da Rede do Bem, que permitiu maior alcance das atividades e participação mais ativa dos voluntários. Em 2015, mais de 6 mil pessoas foram beneficiadas nas comunidades em torno das empresas do grupo, por meio dos 577 voluntários participantes do programa neste ano. **RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES: SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO: Guia Exame de Sustentabilidade** – Pela primeira vez, a Enel Brasil integrou a relação das empresas-modelo do país pelo Guia Exame de Sustentabilidade. Até o ano anterior, Ampla e Coelce figuravam separadamente no ranking. O guia, que lista as empresas mais sustentáveis do Brasil, teve 210 empresas inscritas em 2015, sendo 68 eleitas como modelo em sustentabilidade, divididas entre 21 setores. **Prêmio Época Empresa Verde** – A Enel Brasil foi uma das sete empresas vencedoras do Prêmio Época Empresa Verde 2015. O reconhecimento é feito em parceria da Revista Época com a consultoria Pricewaterhouse Coopers (PWC) e destaca as iniciativas das empresas em relação ao meio ambiente e para garantir seu futuro sustentável. **"GC Advanced" Pacto Global:** O Relatório Anual de Sustentabilidade Enel Brasil 2014, alcançou pelo terceiro ano consecutivo, o nível avançado "GC Advanced" do Pacto Global das Nações Unidas. Essa classificação é determinada pelo relato e avanço das ações da empresa nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. **Empresa Cidadã** - A Enel Brasil recebeu o certificado de Empresa Cidadã, do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC/RJ), pelo seu Relatório Anual de Sustentabilidade Enel Brasil 2014. A premiação é nacional e reconhece a qualidade das informações contábeis e socioambientais publicadas pelas empresas. **Empresa mais Inovadora do Setor Elétrico** – A Enel Brasil ficou em 1º lugar entre as empresas mais inovadoras do Setor Elétrico Brasileiro, apontada pelo Jornal Valor Econômico. O ranking é elaborado pela Consultoria Strategy& (PwC), que publica uma das mais renomadas pesquisas sobre inovação no mundo. **Prêmio BNDES de Boas Práticas em Economia Solidária** – O Banco Comunitário do Preventório, projeto apoiado pela Ampla, recebeu o Prêmio BNDES de Boas Práticas em Economia Solidária. O prêmio reconhece os esforços e amplia a visibilidade de empreendimentos econômicos que desenvolvam os princípios da autogestão, solidariedade e cooperação. **Ranking Ethos-Abradee** – A Ampla foi a segunda melhor empresa no ranking dos indicadores Ethos-Abradee que avaliam a gestão em responsabilidade socioambiental – que compõe a categoria Responsabilidade Social do Prêmio Abradee – do segmento de distribuição de energia. Os indicadores são avaliados pela Fundação Nacional de Qualidade. **Prêmio PNUD – Referência em Negócios Inclusivos** – O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil elegeu o Ecoelce como umas das 19 iniciativas brasileiras no relatório Mercados Inclusivos no Brasil: Desafios e Oportunidades do Ecossistema de Negócios. O programa reconhece as empresas que se destacam em sustentabilidade e mostra como o setor privado pode implementar soluções inovadoras na área. **Prêmio Barão do Rio Branco** – O Prêmio Barão do Rio Branco, promovido no Chile pela Câmara de Comércio chileno-brasileira, reconheceu o trabalho da Coelce em prol das comunidades e do bom relacionamento com os clientes em 2015. O prêmio é um reconhecimento às companhias que se empenham em oferecer aos seus acionistas e clientes o compromisso com a inovação, projetos sociais e desenvolvimento sustentável. Os projetos Ecoelce, Luz Solidária, Troca Eficiente e Coelce nas Escolas são alguns dos destaques. **Selo Empresa Amiga do Meio Ambiente** – A Ampla foi reconhecida como Empresa Amiga do Meio Ambiente, pela ONG Eccovida, durante a celebração do Dia Internacional da Reciclagem. O Consciência EcoAmpla troca resíduos recicláveis por crédito na conta de luz em diversos pontos de coleta em parceria com a ONG Eccovida. **Selo Verde Instituto Internacional Socioambiental Chico Mendes** – O projeto EcoAmpla recebeu a Certificação Selo Verde – oferecida pelo Instituto Internacional Socioambiental Chico Mendes, na categoria Gestão Socioambiental Responsável. A premiação contempla iniciativas socioambientais que tenham como princípios a Sustentabilidade, a justiça social e o direito à vida. **Selo Empresa Amiga da Criança** – Ampla e Coelce conquistaram pelo nono ano consecutivo, o selo da Fundação Abrinq, que distingue as empresas que têm a infância e a juventude entre suas preocupações. Projetos como Rede do Bem, Baú de Leitura e Consciência Ampla Cidadania contribuíram para a conquista do selo. **PESSOAS: Melhores Empresas para Trabalhar – Guia Você S/A** – A Enel Brasil ficou entre as melhores empresas para trabalhar no Brasil do Guia Você S/A, com o 7º lugar no setor elétrico. O Guia avalia anualmente as empresas que são modelo em gestão de pessoas no país e consideradas pelos colaboradores bom local para trabalhar. **Melhores Empresas para se Trabalhar no País** – Época/Great Place to Work – A Enel Brasil integrou o ranking elaborado pelo Instituto Great Place to Work (GPTW) e pela revista Época, que analisa as empresas por meio de pesquisas com funcionários e avaliação de suas práticas de gestão de pessoas. **6ª Melhor Empresa para se Trabalhar no Rio de Janeiro** – A Enel Brasil é a sexta Melhor Empresa para se Trabalhar no Rio de Janeiro, de acordo com o Instituto Great Place to Work (GPTW), que analisa as práticas de gestão de pessoas e mensura a percepção dos colaboradores em relação à diversos fatores da empresa. **Selo Empresa Familiarmente Responsável** – A Enel Brasil foi reconhecida como uma Empresa Familiarmente Responsável (EFR). Válida até 2017, a certificação é concedida pela instituição europeia Fundação Másfamília com o objetivo de valorizar as organizações que se empenham em manter um ambiente de trabalho baseado em flexibilidade, respeito mútuo e compromisso. **Prêmio Nacional de Qualidade de Vida** – O Programa Bem-Viver, da Enel Brasil, foi vencedor na categoria Ouro do XVIII Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV). A premiação é concedida pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV) como forma de reconhecer os programas de promoção de saúde e qualidade de vida no ambiente corporativo. **GESTÃO E QUALIDADE: Ranking Melhores da Dinheiro – Revista Isto é Dinheiro** – A Enel Brasil conquistou o primeiro lugar do setor elétrico no ranking "As Melhores da Dinheiro 2015", publicado anualmente pela revista Isto É Dinheiro. A pesquisa avalia cinco critérios: sustentabilidade financeira, gestão de recursos humanos, gestão em inovação e qualidade, responsabilidade social e ambiental e governança corporativa. **Prêmio Abradee –** A Coelce foi eleita, pela quinta vez, a melhor distribuidora de energia do Brasil na 17ª edição do Prêmio Abradee, da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica. Além disso, a Coelce também ficou em primeiro lugar nas categorias Responsabilidade Social (pela quarta vez consecutiva), e Qualidade na Gestão. **Prêmio Nacional da Qualidade 2015** – A Ampla foi reconhecida, pela segunda vez, como destaque no critério Sociedade no Prêmio Nacional da Qualidade 2015, promovido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). O PNQ é o mais importante prêmio voltado à qualidade e excelência da gestão das empresas no Brasil. **Prêmio Aberje 2015** – A Ampla recebeu o Prêmio Aberje 2015 na categoria Comunicação de Programas, Projetos e Ações Esportivas pela campanha realizada para o projeto Desafio Solar. A premiação, concedida pela Associação da Brasileira de Comunicação Empresarial, reconhece as melhoras práticas em comunicação corporativa do Brasil. No circuito regional Rio de Janeiro e Espírito Santo, a Ampla também foi vencedora com as campanhas de comunicação do projeto Nós Vivemos o Amanhã (categoria Mídia Digital) e Projetos Sociais na Copa do Mundo (Mídia Audiovisual). **Selo Loja Amiga do Cliente** – Ampla e Coelce foram certificada com o selo 'Loja Amiga do Cliente' (LAC), concedido pelo Instituto Ibero-Brasileiro de Relacionamento com o Cliente, cujo objetivo é mobilizar as empresas para criar uma cultura de excelência em atendimento. Este ano, a Ampla foi certificada pela quarta vez. **5) Auditores Independentes:** A Companhia firmou contrato com a Ernst& Young Terco Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras Anuais para um período de 5 (cinco) anos. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Enel quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto ao auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. **6) Agradecimentos:** A Enel Brasil S.A. expressa seus agradecimentos aos acionistas, aos membros do Conselho de Administração, aos clientes e fornecedores, aos Governos Municipais, Estadual e Federal, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor e, em especial, aos seus colaboradores próprios e de empresas parceiras pelo empenho e dedicação, fundamentais ao cumprimento de seus objetivos.
A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**31/12/2015**	**31/12/2014**	**31/12/2015**	**31/12/2014**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**193.308**	236.156	**509.396**	864.071
Títulos e valores mobiliários	6	**50.375**	72.351	**206.168**	230.313
Contas a receber		**2.634**	2.395	**–**	–
Consumidores, concessionários e permissionários	7	**–**	–	**1.869.857**	1.220.263
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	8	**–**	–	**432.717**	181.646
Cauções e depósitos	10	**–**	–	**65.811**	58.242
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	11	**–**	–	**689.519**	487.333
Serviços em curso		**–**	–	**159.028**	176.099
Tributos a compensar	9	**22.730**	18.669	**268.053**	229.140
Dividendos a receber		**86.728**	297.252	**–**	–
Instrumento financeiro derivativo - ganho no swap	20	**–**	–	**5.068**	844
Empréstimos com partes relacionadas	23	**290.578**	290.578	**–**	–
Outros créditos	13	**22.292**	22.279	**367.852**	314.572
Total do ativo circulante		**668.645**	939.680	**4.573.469**	3.762.523
Não circulante					
Consumidores, concessionários e permissionários	7	**–**	–	**142.321**	148.073
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	11	**–**	–	**151.932**	234.865
Tributos a compensar	9	**–**	–	**186.146**	148.178
Depósitos vinculados a litígios	24	**135**	135	**294.381**	261.720
Cauções e depósitos	10	**–**	–	**25.575**	24.130
Tributos diferidos	28	**1.049**	–	**485.466**	498.257
Benefício fiscal - ágio incorporado	12	**–**	–	**56.606**	64.655
Instrumento financeiro derivativo - ganho no swap	20	**–**	–	**5.385**	15.365
Empréstimos com partes relacionadas	23	**945.913**	25.505	**–**	–
Outros créditos	13	**16.920**	16.920	**19.306**	19.574
Ativo indenizável (concessão)	15	**–**	–	**2.722.423**	2.125.968
Investimentos	14	**3.976.611**	4.045.190	**100**	100
Imobilizado	16	**3.614**	4.219	**1.953.228**	1.969.507
Intangível	17	**178.962**	202.234	**4.905.218**	4.490.006
Total do ativo não circulante		**5.123.204**	4.294.203	**10.948.087**	10.000.398
Total do ativo		**5.791.849**	5.233.883	**15.521.556**	13.762.921

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**31/12/2015**	**31/12/2014**	**31/12/2015**	**31/12/2014**
Circulante					
Fornecedores	18	**70.151**	14.081	**1.530.701**	1.258.456
Empréstimos e financiamentos	19	**–**	–	**328.819**	187.495
Debêntures	20	**–**	–	**426.156**	155.469
Folha de pagamento		**11.903**	10.125	**95.440**	99.836
Obrigações fiscais	22	**23.730**	6.116	**565.565**	173.405
Taxas regulamentares	8	**–**	–	**372.128**	18.881
Dividendos a pagar		**295.999**	175.785	**351.572**	219.327
Obrigações com benefícios pós-emprego	27	**–**	–	**2.040**	770
Provisão Luz para Todos		**–**	–	**48.489**	52.074
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética		**–**	–	**71.802**	77.438
Outras obrigações		**8.593**	–	**172.823**	121.415
Total do passivo circulante		**410.376**	206.107	**3.965.535**	2.364.566
Não circulante					
Fornecedores	18	**–**	–	**134.664**	126.363
Empréstimos e financiamentos	19	**–**	–	**1.210.462**	1.309.261
Debêntures	20	**–**	–	**1.160.061**	1.434.910
Tributos diferidos	28	**–**	–	**60.662**	73.077
Obrigações com benefícios pós-emprego	27	**–**	–	**577.031**	535.345
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24	**873**	334	**737.759**	666.896
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética		**–**	–	**100.109**	105.527
Outras obrigações		**–**	–	**32.718**	34.064
Total do passivo não circulante		**873**	334	**4.013.466**	4.285.443
Patrimônio líquido	25				
Atribuível aos acionistas da empresa controladora					
Capital social		**1.320.049**	1.056.049	**1.320.049**	1.056.049
Ações em tesouraria		**(111.025)**	(111.025)	**(111.025)**	(111.025)
Reserva de capital		**2.504.370**	2.504.370	**2.504.370**	2.504.370
Reserva de lucros		**1.477.824**	1.400.765	**1.477.824**	1.400.765
Outros resultados abrangentes		**46.526**	9.561	**46.526**	9.561
Ajustes de avaliação patrimonial		**142.856**	167.722	**142.856**	167.722
		5.380.600	5.027.442	**5.380.600**	5.027.442
Atribuível aos acionistas não controladores					
Participações do Grupo Enel, em controladas, ainda não contribuídas à Enel Brasil S.A.		**–**	–	**1.631.058**	1.629.264
Atribuível aos acionistas não controladores		**–**	–	**530.897**	456.206
		–	–	**2.161.955**	2.085.470
Total do patrimônio líquido		**5.380.600**	5.027.442	**7.542.555**	7.112.912
Total do passivo e do patrimônio líquido		**5.791.849**	5.233.883	**15.521.556**	13.762.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

continuação

ENEL BRASIL S.A. (Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.) - CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ações em Tesouraria	Reserva de Capital: Remuneração do ágio na emissão de ações	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Outras reservas	Reservas de lucros: Reserva de reforço para capital de giro	Outros resultados abrangentes	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Porposta de distribuição de dividendos adicionais	Patrimônio líquido atribuível aos: Acionistas Enel Brasil	Demais acionistas Grupo Enel	Acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013		1.056.049	(111.025)	2.504.370	133.839	(4.016)	764.263	8.170	205.398	-	616.152	5.173.200	1.289.440	675.320	7.137.960
Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	25	–	–	–	–	–	–	–	(37.676)	37.676	–	–	–	–	–
Dividendos prescritos		–	–	–	–	–	–	–	–	654	–	654	371	153	1.178
Aprovação de dividendos propostos	25	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(616.152)	(616.152)	(8.208)	(14.045)	(638.405)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	664.705	–	664.705	140.960	66.977	872.642
Perda atuarial em fundo de pensão de controlada	27	–	–	–	–	–	–	(20.597)	–	–	–	(20.597)	(19.470)	(2.006)	(42.073)
Transferência para lucros acumulados		–	–	–	–	–	–	20.597	–	(20.597)	–	–	–	–	–
Perda em instrumento financeiro derivativo		–	–	–	–	–	–	(698)	–	–	–	(698)	(1.057)	(198)	(1.953)
Transferência de participações		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	258.385	(258.385)	–
Proposta da administração para destinação do lucro líquido															
Dividendos intercalares	25	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(331)	(593)	(924)
Dividendos mínimos	25	–	–	–	–	–	–	–	–	(175.759)	–	(175.759)	(30.826)	(11.017)	(217.602)
Reserva para reforço de capital de giro	25	–	–	–	–	–	506.679	–	–	(506.679)	–	–	–	–	–
Ajuste acumulado de conversão	25	–	–	–	–	–	–	2.089	–	–	–	2.089	–	–	2.089
Saldos em 31 de dezembro de 2014		1.056.049	(111.025)	2.504.370	133.839	(4.016)	1.270.942	9.561	167.722	–	–	5.027.442	1.629.264	456.206	7.112.912
Aumento de capital		264.000	–	–	–	–	(264.000)	–	–	–	–	–	–	–	–
Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	25	–	–	–	–	–	–	–	(24.866)	24.866	–	–	–	–	–
Dividendos prescritos		–	–	–	–	–	–	–	–	242	–	242	15	–	257
Aprovação de dividendos propostos	25	–	–	–	–	–	–	–	–		–	–	(79)	(141)	(220)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	455.805	–	455.805	36.799	94.574	587.178
Perda atuarial em fundo de pensão de controlada	27	–	–	–	–	–	–	(19.626)	–	–	–	(19.626)	(22.184)	(98)	(41.908)
Transferência para lucros acumulados		–	–	–	–	–	–	19.626	–	(19.626)	–	–	–	–	–
Perda em instrumento financeiro derivativo		–	–	–	–	–	–	(5.337)	–	–	–	(5.337)	(1.582)	(522)	(7.441)
Proposta da administração para destinação do lucro líquido															
Dividendos intercalares	25	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(231)	(413)	(644)
Dividendos mínimos	25	–	–	–	–	–	–	–	–	(120.228)	–	(120.228)	(10.944)	(18.709)	(149.881)
Reserva para reforço de capital de giro	25	–	–	–	–	–	341.059	–	–	(341.059)	–	–	–	–	–
Ajuste acumulado de conversão	25	–	–	–	–	–	–	42.302	–	–	–	42.302	–	–	42.302
Saldos em 31 de dezembro de 2015		1.320.049	(111.025)	2.504.370	133.839	(4.016)	1.348.001	46.526	142.856	–	–	5.380.600	1.631.058	530.897	7.542.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 31/12/2015	Controladora 31/12/2014	Consolidado 31/12/2015	Consolidado 31/12/2014
Receita líquida	29	–	–	**10.222.799**	9.420.851
Custo do serviço	30	–	–	**(8.343.979)**	(7.118.594)
Lucro bruto		–	–	**1.878.820**	2.302.257
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas	30	–	–	**(172.371)**	(85.313)
Despesas gerais e administrativas	30	**(109.324)**	(42.531)	**(540.047)**	(428.438)
Amortização e reversão de ágio oriundo da incorporação	30	**(23.269)**	(22.622)	**(23.269)**	(22.622)
Resultado de equivalência patrimonial	14	**489.197**	637.748	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais	30	**62**	(116)	**(5.567)**	(15.795)
Total receitas (despesas) operacionais		**356.666**	572.479	**(741.254)**	(552.168)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		**356.666**	572.479	**1.137.566**	1.750.089
Resultado financeiro	31				
Receita financeira		**131.274**	123.998	**631.836**	336.250
Despesa financeira		**(1.051)**	(13.734)	**(749.527)**	(912.338)
Variação cambial, líquida		**6.506**	3.138	**(46.011)**	(18.650)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		**493.395**	685.881	**973.864**	1.155.351
Imposto de renda e contribuição social - corrente	28	**(38.639)**	(21.176)	**(433.815)**	(459.097)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	28	**1.049**	–	**(27.550)**	91.484
Incentivo fiscal	28	–	–	**74.679**	84.904
Lucro líquido do exercício		**455.805**	664.705	**587.178**	872.642
Atribuível aos acionistas controladores		–	–	**455.805**	664.705
Participações do Grupo Enel, em controladas, ainda não contribuídas à Enel Brasil S.A.					
Atribuível aos acionistas não controladores		–	–	**36.799**	140.960
Atribuível aos outros acionistas não controladores		–	–	**94.574**	66.977

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2015	Controladora 31/12/2014	Consolidado 31/12/2015	Consolidado 31/12/2014
Lucro líquido do exercício	**455.806**	664.705	**587.178**	872.642
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Perda em instrumento financeiro derivativo de controlada	**(8.086)**	(1.058)	**(11.274)**	(2.959)
Tributos diferidos sobre perda em instrumento financeiro derivativo de controlada	**2.749**	360	**3.833**	1.006
Efeitos de variação cambial sobre controlada no exterior	**42.302**	2.089	**42.302**	2.089
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	**36.965**	1.391	**34.861**	136
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Perda atuarial em fundo de pensão de controladas	**(29.736)**	(31.208)	**(63.497)**	(63.747)
Tributos diferidos sobre perda atuarial em fundo de pensão de controladas	**10.110**	10.611	**21.589**	21.674
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	**(19.626)**	(20.597)	**(41.908)**	(42.073)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	**17.339**	(19.206)	**(7.047)**	(41.937)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**473.145**	645.499	**580.131**	830.705
Atribuído a:				
Acionistas controladores	–	–	**473.144**	645.499
Demais acionistas controlados pelo Grupo Enel	–	–	**13.033**	120.433
Outros acionistas não controladores	–	–	**93.954**	64.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais)

	Controladora 31/12/2015	Controladora 31/12/2014	Consolidado 31/12/2015	Consolidado 31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**455.805**	664.705	**587.178**	872.642
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais				–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	**158.072**	60.262
Depreciação e amortização	**599**	634	**544.887**	544.974
Imposto diferido oriundo da incorporação	**23.272**	22.622	**23.272**	22.622
Equivalência patrimonial	**(489.039)**	(637.748)	–	–
Provisão (reversões) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**589**	(12.209)	**213.624**	164.799
Benefício fiscal ágio incorporado	–	–	**8.049**	8.794
Juros e variações monetárias provisionados	**(122.823)**	(38.947)	**443.262**	290.548
Despesas (receita) do ativo indenizável	–	–	**(212.922)**	306.060
Valor residual de ativo imobilizado e ativo intangível baixado	–	–	**22.543**	56.318
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(1.049)**	–	**27.550**	(91.484)
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	–	–	**86.502**	86.061
Obrigações com benefício pós-emprego	–	–	**57.516**	55.109
Reversão para perdas em estoques	–	–	–	(329)
Resultado com instrumentos financeiros	–	–	**920**	(6.672)
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	–	–	**(108.134)**	–
Outras receitas	**(6)**	(2.147)	–	(2.363)
	(132.652)	(3.090)	**1.852.319**	2.367.341
(Aumento) redução nos ativos				
Consumidores, concessionários e permissionários	–	–	**(810.487)**	(177.682)
Contas a receber	**(239)**	(273)	–	–
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	–	–	**(11.119)**	(722.198)
Subvenção CDE- desconto tarifário	–	–	**(251.071)**	(161.261)
Dividendos recebidos	**785.166**	479.086	–	–
Cauções e depósitos	–	–	**(9.014)**	34.621
Depósitos vinculados a litígios	–	–	**(17.202)**	78.083
Outros créditos	**(13)**	(8.034)	**(84.692)**	(164.976)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	**56.070**	(14.817)	**275.994**	390.912
Folha de pagamento	**1.778**	1.264	**(4.396)**	14.319
Taxas regulamentares	–	–	**353.247**	(2.637)
Obrigações com benefícios pós-emprego	–	–	**(78.057)**	(60.586)
Pagamentos de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**(50)**	(15.156)	**(142.761)**	(136.510)
Outros passivos	**9.148**	–	**(49.108)**	(17.713)
Tributos a pagar (a compensar), líquidos	**13.553**	17.968	**316.888**	24.628
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**732.761**	456.948	**1.340.541**	1.493.199
Atividades de investimento				
Títulos e valores mobiliários	**21.976**	452.112	**22.573**	505.365
Mútuos concedidos	**(854.706)**	(93.572)	–	–
Recebimento de mútuos concedidos	**(1)**	98.160	–	–
Recebimento de juros de mútuos concedidos (liquidados)	**57.122**	34.109	–	–
Investimentos	–	644	–	–
Aplicações no intangível e imobilizado	–	(135)	**(1.323.048)**	(909.636)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	**775.609**	491.318	**(1.300.475)**	(404.271)
Atividades de financiamento				
Captação de debêntures	–	–	–	300.000
Pagamento de debêntures	–	–	**(110.502)**	–
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	**405.235**	594.603
Pagamento de empréstimos e financiamentos	–	–	**(371.416)**	(488.907)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	–	–	**(149.239)**	(98.988)
Pagamentos de juros de debêntures	–	–	**(145.671)**	(98.466)
Pagamento contrato de dívida com a Faelce	–	–	–	(12.824)
Dividendos pagos	–	(1.377.668)	**(17.599)**	(1.495.836)
Parcelamento de tributos	–	(8.229)	**(3.093)**	(23.378)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	–	(1.385.897)	**(392.285)**	(1.323.796)
Ajuste acumulado de conversão	–	–	**(2.456)**	2.089
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(42.848)**	(437.631)	**(354.675)**	(232.779)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**236.156**	673.787	**864.071**	1.096.850
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**193.308**	236.156	**509.396**	864.071
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(42.848)**	(437.631)	**(354.675)**	(232.779)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: Contexto operacional: A Enel Brasil S.A. ("Enel Brasil" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, que tem como objeto social a participação acionária em outras empresas que atuam ou venham a atuar, direta ou indiretamente, em qualquer segmento no setor elétrico e a prestação de serviços de transmissão, distribuição, geração ou comercialização de energia elétrica e atividades afins. A Companhia possui participações nas seguintes controladas operacionais por segmento, que, em conjunto com a Companhia formam o Grupo Enel Brasil ("Grupo Enel" ou "Grupo"): a) Distribuição de energia elétrica: *Ampla Energia e Serviços S.A.* A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Ampla Energia"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Praça Leoni Ramos, 1, Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A., é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). A controlada Ampla Energia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 do Estado do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, de 09 de dezembro de 1996, da ANEEL, com vencimento para dezembro de 2026. Ao final do prazo de concessão a mesma pode ser prorrogada a critério do poder concedente ou no advento do término do contrato de concessão todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, conforme descritos na Nota 15. A Enel Brasil possui participação direta de 46,89% do capital da Ampla Energia. *Companhia Energética do Ceará - COELCE.* A Companhia Energética do Ceará - COELCE ("COELCE"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, município de Fortaleza, Estado do Ceará, concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela ANEEL, vinculada ao MME. A controlada COELCE tem como área de concessão todo o Estado do Ceará. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, da ANEEL, com vencimento para maio de 2028. Ao final do prazo de concessão a mesma pode ser prorrogada a critério do poder concedente ou no advento do término do contrato de concessão todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, conforme descritos na Nota 15. A Enel Brasil possui participação direta de 58,87% do capital da COELCE. b) Geração de energia elétrica: *Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA.* A Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA ("CDSA"), com sede na Rodovia GO 206, KM0, município de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás, é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como principais objetivos a realização de estudos, projeções, construção, instalação, operação e exploração de usinas geradoras de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades, sendo tais atividades regulamentadas pela ANEEL, vinculada ao MME. Em 5 de setembro de 1997, foi realizado leilão público para aquisição, pela iniciativa privada, da participação acionária representativa do seu capital. Essa operação foi reconhecida pelo poder concedente através do Contrato de Concessão n°011/97, datado de 12 de setembro de 1997, o qual determina que o prazo da concessão é de 30 anos, expirando-se em setembro de 2027. O ativo imobilizado da controlada CDSA é constituído, basicamente, do acervo da citada usina, que está localizada no Rio Paranaíba, com sede no município de Cachoeira Dourada, Goiás, com capacidade instalada de 658 MW, subdivididos em 10 unidades geradoras. A Enel Brasil detém participação direta de 99,61% do capital da CDSA. *Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF.* A Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF ("CGTF"), sociedade de capital fechado, com sede na Rodovia CE422, Km 01, s/n, Complexo Industrial e Portuária do Pecém, município de Caucaia, Estado do Ceará, foi constituída em 20 de agosto de 2001 e autorizada pela ANEEL a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica através da Resolução ANEEL nº 433, de 19 de outubro de 2001, compondo-se de um ciclo combinado com duas turbinas a gás e uma turbina a vapor, conforme Despacho ANEEL nº 73/2002. O início das atividades operacionais deu-se em 27 de dezembro de 2003. Conforme definido no seu estatuto social, a CGTF tem como atividades principais o estudo, projeto, construção e exploração dos sistemas de produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, que venham a ser concedidos, permitidos ou autorizados por qualquer título de direito, bem como o exercício de outras atividades associadas e a prestação de serviços de qualquer natureza relacionados a essas atividades. A CGTF é um dos empreendimentos integrantes do Programa Prioritário de Termeletricidade - PPT do Governo Federal para ampliação da oferta de energia ao Brasil, tendo a CGTF contratado em 31 de agosto de 2001, a venda de 2.690 GWh/ano (equivalente a 307 MW médios), para a controlada COELCE, também pertencente do Grupo Enel, por 20 anos a partir do início do suprimento de energia em janeiro de 2004, a preço normativo estabelecido pela ANEEL, reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M"), do dólar norte-americano e do gás natural contratado. A CGTF é controlada integral da Enel Brasil. *Eólica Fazenda Nova - Geração e Comercialização de Energia Ltda.* A Eólica Fazenda Nova - Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("Fazenda Nova") é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada com sede na Rua Felipe Camarão, 507, sala 201, Cidade Alta, Natal, Rio Grande do Norte, que tem como objetivo a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia e atividades correlatas. Em 30 de setembro de 2009, a Enel Brasil concluiu a aquisição de 99,95% do capital acionário da controlada Fazenda Nova pelo montante de R$3.942. A controlada está em fase pré-operacional e foi constituída para participar de leilões de energia eólica. c) Transmissão de energia elétrica: *CIEN - Companhia de Interconexão Energética.* A CIEN - Companhia de Interconexão Energética ("CIEN"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social. Neste sentido, a controlada CIEN promoverá o estudo, planejamento e construção das instalações relativas a sistemas de produção, transmissão, conversão e distribuição de energia elétrica. Também poderá promover a implementação de projetos associados, bem como a realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços e trabalhos que vier a prestar, podendo, inclusive, participar em outras sociedades. Em 04 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e Garabi II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da controlada CIEN à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida - ("RAP"), pela ANEEL. A equiparação comercial e técnica da controlada à transmissora de energia das duas linhas tem prazos definidos de 09 anos para Garabi I, com término da vigência em 20 de junho de 2020, e de 11 anos para Garabi II, com término da vigência em 31 de julho de 2022. Por meio da Resolução Homologatória nº 1.756 de 24 de junho de 2014, a ANEEL homologou RAP no montante de R$315.270, para o período 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015, e parcela de ajuste referente a repasses superiores no montante de R$3.488. O período de reajuste da RAP é anual, ocorrendo sempre no mês de junho de cada ano. A cada quatro anos a Companhia será submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da RAP. Em 10 junho de 2015, por meio da Nota Técnica nº 139/2015, a ANEEL homologou RAP no montante de R$270.242, para o período 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016. A cada quatro anos a controlada CIEN é submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da RAP. Contudo, anualmente a RAP é reajustada tomando por base o IGP-M. A Enel Brasil detém participação direta de 100,00% na CIEN. d) Prestação de serviços: *En-Brasil Comércio e Serviços S.A.* A En-Brasil Comércio e Serviços S.A. ("Prátil") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, nº 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, constituída em 18 de agosto de 2009, que tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consórcios e outras formas de associação no Brasil e no exterior, bem como a prestação de serviços geral, direta ou indiretamente relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral. A Enel Brasil possui participação direta de 99,99% na Prátil. A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2016. **2. Principais políticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("*IASB"). As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, instrumentos financeiros derivativos e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas. Adicionalmente, o Grupo Enel considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo Enel estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. **2.2. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Enel Brasil, suas controladas e controladas indiretas, cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

Controlada	Percentual de participação (%)	Direta	Indireta
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF	**100,00**	**100,00**	**-**
Centrais Elétricas Caocheira Dourada S.A. - CDSA	**99,61**	**99,61**	**-**
Ampla Energia e Serviços S.A. (i)	**46,89**	**46,89**	**-**
CIEN - Companhia de Interconexão Energética	**100,00**	**100,00**	**-**
Compañia de Transmisión del Mercosur S.A. - CTM ("CTM") (ii)	**99,99**	**-**	**99,99**
Transportadora de Energia S.A. - Tesa ("TESA") (ii)	**100,00**	**-**	**100,00**
Companhia Energética do Ceará - COELCE	**58,87**	**58,87**	**-**
EN-Brasil Comércio e Serviço S.A. - Prátil	**99,99**	**99,99**	**-**
Eólica Fazenda Nova Geração e Comercialização de Energia Ltda	**99,95**	**99,95**	**-**
Santander Fundo de Investimento Córdoba Renda Fixa Crédito Privado ("Córdoba") (iii)	**100,00**	**59,00**	**41,00**
Pienza Renda Fixa Crédito Privado Fundo de Investimento ("Pienza") (iii)	**100,00**	**29,00**	**71,00**
Bradesco Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Firenze ("Firenze") (iii)	**100,00**	**-**	**100,00**

(i) Embora a participação na Ampla Energia seja inferior a 50,1%, a Enel Brasil possui o controle desta entidade, considerando que a mesma tem o controle, através de contrato, das politicas operacionais e financeiras de forma a obter beneficios de suas atividades. (ii) Controladas indiretas localizadas no exterior. (iii) Fundos de investimentos exclusivos Córdoba, Pienza e Firenze são administrados, respectivamente, pelo Banco Santander S.A., Banco Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A.. O período de abrangência das demonstrações

continua

continuação

ENEL BRASIL S.A. (Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.) - CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. Entre os principais procedimentos de consolidação estão: (a) Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas. (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas. (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. (d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R$), moeda funcional de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. Os ativos e passivos das controladas indiretas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor acumulado reconhecido no patrimônio líquido referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado. **2.4. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo Enel e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. 2.4.1. Receita de distribuição: Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pelas controladas COELCE e Ampla Energia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa. 2.4.2. Receita de transmissão: A receita de transmissão é reconhecida com base em documento específico (Resolução Homologatória) emitido anualmente pela ANEEL, com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão. 2.4.3. Receita não faturada: Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. 2.4.4. Receita de construção: A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de construção ("CPC 17") (serviços de construção ou melhoria), Interpretação Técnica ICPC 17 - Contrato de Concessão ("ICPC 17") e CPC 30 (R1) - Receitas ("CPC 30") (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. O Grupo Enel contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim das controladas é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) o Grupo Enel terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. 2.4.5. Receita de juros: A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **2.5. Instrumentos financeiros:** O Grupo Enel classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial. **a) Ativos financeiros:** *Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. O Grupo Enel determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. *Mensuração subsequente:* A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo Enel que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração ("CPC 38"). Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. *Investimentos mantidos até o vencimento:* Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando o Grupo Enel tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. *Empréstimos e recebíveis:* Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) Empréstimos e recebíveis. (b) Investimentos mantidos até o vencimento. (c) Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período. Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado. Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: O Grupo Enel avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **b) Passivos financeiros:** *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. O Grupo Enel determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos a valor justo e são acrescidos do custos da transação diretamente relacionado. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O Grupo Enel possui instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge de fluxo de caixa representado por contrato de swap, visando proteção parcial a exposição da taxa CDI produzida por suas debêntures e derivativos representado pelas Non-Deliverable Forward ("NDF's"), visando proteção a proteção do fluxo de pagamentos dos compromissos futuros em moeda estrangeira (USD) estabelecidos no contrato de abastecimento de gás. A parcela eficaz do hedge de fluxo de caixa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificado para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado. A Nota 22 inclui informações mais detalhadas sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pelo Grupo. *Mensuração subsequente:* A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. *Mantidos para negociação:* Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. *Empréstimos, financiamentos e debêntures:* Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. *Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **c) Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **d) Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado; ou outros modelos de avaliação. **e) Hedge de fluxo de caixa:** Derivativos designados como hedge de fluxo de caixa fornece proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado. No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, o Grupo Enel classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Grupo deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como o Grupo Enel irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido. **2.6. Ativo indenizável (concessão):** Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato. **2.7. Intangível:** O Grupo reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - contratos de concessão. O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Ágio atribuído à concessão: O ágio registrado no balanço patrimonial da Companhia tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão da controlada COELCE, e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público. A amortização do ágio está sendo feita com base no prazo da concessão, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada até 31 de dezembro de 2027. **2.8. Imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo Enel são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo Enel reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. **2.9. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **a) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direto legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **b) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil. **2.10. Benefício a empregados - Planos de benefício definido:** A obrigação líquida do beneficio a empregados (planos de benefício definido) é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercício anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos. As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem na demonstração do resultado, do exercício, como parcela do custo do serviço, ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes também são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação, ou liquidação parcial, do respectivo plano. **2.11. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** As provisões para contingências (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão para contingências é demonstrada líquida dos depósitos judiciais embasados no direito de compensação. **2.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015:** Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1° de janeiro de 2015. Dada à natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Enel.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
Alterações na IAS 19 - Plano de Benefícios Definidos: Contribuições por Parte do Empregado *O propósito destas alterações é simplificar o tratamento contábil para as contribuições por empregados ou terceiros que não são determinados com base no ano de serviço, tais como contribuições de funcionários calculados de acordo com uma percentagem fixa do salário.*	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2015.
Melhorias Anuais – (Ciclo 2010-2012 e 2011-2013) *Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24, IAS 38 and IAS 40.*	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2015.

2.13. Pronunciamentos novos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015: As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Enel são abaixo apresentadas. O Grupo pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
IFRS 9: Instrumentos Financeiros *Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 – "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". Esse projeto foi dividido em 3 fases:* *Fase 1 – Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. Este introduz um enfoque lógico para a classificação dos ativos financeiros de acordo com as características de fluxo de caixa e do modelo de negócios. Esse novo modelo também resulta em um único modelo de impairment sendo aplicado para toda a demonstração financeira.* *Fase 2 – Perdas por redução ao valor recuperável ("impairment"). O objetivo deste é o reconhecimento das esperadas perdas de valor de forma tempestiva. A norma requer que as entidades registrem contabilmente as perdas esperadas a partir do momento em que os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos nas demonstrações financeiras.* *Fase 3 – Contabilidade de Hedge. Este estabelece um novo modelo visando refletir um melhor alinhamento entre a contabilidade de hedge e as atividades de gerenciamento de riscos. Inclui também aprimoramentos nas divulgações requeridas.* *Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma.*	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.
Alterações no IFRS 11: Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias *As alterações à IFRS 11 define que as normas contábeis contidas no IFRS 3 e outras normas pertinentes a contabilização de combinações de negócios devem ser aplicadas para a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio.*	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.
IFRS 15: Receita de contratos com clientes *Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada.* *Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31)*	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.
Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização *As alterações ao IAS 16 proíbe o uso do método baseado na receita de depreciação para imobilizado. A alteração ao IAS 38 introduz a presunção refutável de que, para os ativos intangíveis, o método de amortização baseado nas receitas é inadequado e estabelece duas exceções limitadas.*	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.
Melhorias Anuais - Ciclo 2012-2014 *Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.*	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.
Alterações na IFRS 10 e na IAS 28: Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto *A alteração corrige a inconsistência entre o IFRS 10 e o IAS 28, referente ao tratamento contábil da venda ou contribuições de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento conjunto.*	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.
Alterações na IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas *Esta melhoria permite que as entidades a usar o método da equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações financeiras separadas. O objetivo da melhoria é minimizar os custos associados com o cumprimento com o IFRS, em particular para aquelas entidades que aplicam IFRS pela primeira vez, sem reduzir a informação disponível para os investidores.*	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.
Alterações na IAS 1 - Iniciativa de Divulgação *O IASB emitiu alterações ao IAS 1, como parte da iniciativa principal de esclarecer a apresentação e divulgação das informações nas demonstrações financeiras. Essas alterações destinam-se as companhias que aplicam julgamento profissional para determinar que tipo informação devem ser divulgada nas demonstrações financeiras.*	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.
Alterações nas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimento: Exceções à Regra de Consolidação. *As modificações, que tem um escopo restrito, introduzem clarificações aos requerimentos para as contabilizações dos investimentos nas entidades. As alterações também visam em algumas circunstâncias reduzir os impactos das aplicações da norma.*	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.
IFRS 16: Arrendamento mercantil. *O novo pronunciamento estipula a definição de contrato de arrendamento e especifica o tratamento contábil para os ativos e passivos originados destes contratos tanto na perspectiva do arrendador quanto do arrendatário. O tratamento contábil para o arrendador se mantém basicamente inalterado em relação à norma antecessora, IAS 17. Entretanto, o tratamento contábil para o arrendatário pela nova norma requer o reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo correspondente, similar a um leasing operacional conforme determinado pelo IAS 17, para a maior parte dos contratos.*	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.

O Grupo está avaliando os impactos da aplicação do IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16 a partir da sua data efetiva. Na opinião da administração a expectativa é que a aplicação das demais normas e alterações pendentes de serem aplicadas não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras. **2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, incluindo o risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. A Administração baseou sua premissas e estimativas sobre os parâmetros disponíveis na data das demonstrações financeiras. Quaisquer mudanças futuras nestes parâmetros serão refletidas quando ocorrerem as mudanças. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Provisão para crédito de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída substancialmente com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes. Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O Grupo constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das

continua

continuação

ENEL BRASIL S.A. (Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.) - CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

condições vigentes no domicílio da Companhia e de suas controladas. Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Benefícios pós-emprego: O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 27. Receita não faturada: O cálculo da receita não faturada é baseado no número de dias não faturados no mês, na estimativa de energia distribuida nesses dias e no preço medio estimado por classe de clientes no mês. Diferenças entre a receita real e a receita não faturada são usualmente imateriais. **3. Revisão e reajuste tarifário:** A controlada Ampla Energia teve o reajuste tarifário médio, em 15/03/2015, de 42,19%, conforme Resolução Homologatória nº 1.861/2015. Em 07/04/2015, foi revisada a tarifa devido a prorrogação do prazo para amortização do financiamento da conta ACR. Com essa nova homologação - Resolução nº 1.869/2015, as novas tarifas foram reajustadas com efeito médio para os consumidores cativos de 37,34%. Foi aprovada em 27/02/2015, através da Resolução Homologatória nº 1.858, a revisão tarifária extraordinária da controlada COELCE, que gerou um reajuste médio de 10,28%. Em 22/04/2015 a controlada COELCE teve homologado em caráter provisório a 4ª Revisão Tarifária, através da Resolução Homologatória nº 1.882 gerando um efeito tarifário médio de 11,69%. Em função da definição da nova BRR, a Administração procedeu ao recálculo do ativo financeiro remanescente ao final da concessão não tendo sido identificados ajustes significativos. A expectativa da Administração é de que o aumento na receita faturada resultante do aumento nas tarifas seja compensado por um aumento similar nos custos de compra de energia correspondentes, bem como encargos setoriais. **4. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios: a) Conta do Ambiente de Contratação Regulada – ACR:** Devido ao aumento nos custos de compra de energua, a ANEEL decidiu repassar de forma adiantada às distribuidoras de energia os valores da parcela A que seriam recuperados no próximo reajuste tarifário. Desta forma, as controladas Ampla Energia e COELCE receberam aportes de R$243.764 e R$132.560 respectivamente, conforme Despacho nº 773, de 27/03/2015, que reduziram a conta de "Valores a receber de Parcela A" registradas no ativo circulante dessas controladas. **b) Bandeiras tarifárias:** Em janeiro de 2015 iniciou a cobrança adicional de tarifa aplicado a todos os consumidores cativos em função das condições de geração de energia, buscando reduzir os eventuais descompassos entre os custos reais de compra de energia por parte das distribuidoras e suas respectivas coberturas tarifárias. O Decreto nº 8.401 de 04/02/2015 determinou que os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelos agentes de distribuição passam a ser revertidos à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT") administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Os recursos disponíveis nessa conta serão repassados aos agentes de distribuição considerando a diferença entre os valores realizados incorridos por cada distribuidora e a cobertura tarifária vigente de cada agente. **c) PIS e COFINS sobre o resultado financeiro:** A partir de 01/07/2015, por força do Decreto 8.426 de 01/04/2015, as alíquotas do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público ("PIS/PASEP") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente. **d) Mudança do índice de atualização da base de remuneração dos ativos das concessionárias:** A Resolução Normativa nº 686 de 23/11/2015 dispõe que a base de remuneração dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, deverá ser atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária anual. **e) Revisão tarifária PRORET – 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica ("CRTP"):** A partir da Resolução Normativa nº 660, de 28/04/2015 , dentre outras alterações, as receitas faturadas com Ultrapassagem de Demanda - UD e Excedente Reativo - ER, a partir de maio de 2015 passaram a ser contabilizadas como passivos setoriais, no passivo não circulante. A partir do 5º CRTP, estes valores serão devolvidos ao consumidor através da tarifa. **5. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e contas correntes bancárias	**29.500**	666	**72.450**	104.758
CDB - Certificado de Depósito Bancário	**43.518**	116.077	**89.998**	221.522
Operações compromissadas	**–**	–	**40.929**	49.367
Total de aplicações diretas	**73.018**	116.743	**203.377**	375.647
Fundos exclusivos				
CDB - Certificado de Depósito Bancário	**52.366**	39.865	**99.239**	163.524
Operações compromissadas	**67.924**	79.548	**206.780**	324.900
Total de fundos exclusivos	**120.290**	119.413	**306.019**	488.424
Total de aplicações financeiras	**193.308**	236.156	**509.396**	864.071

O excedente de caixa da Companhia e de suas controladas é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia e de suas controladas. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. **6. Títulos e valores mobiliários:** Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fundos de investimentos	**–**	**–**	**28.308**	25.379
Total de fundos de investimentos	**–**	**–**	**28.308**	25.379
Fundos exclusivos				
Títulos públicos	**50.375**	72.351	**167.040**	204.729
Letras financeiras	**–**	–	**2.559**	–
Total de fundos exclusivos	**50.375**	72.351	**169.599**	204.729
Bônus da República Argentina	**–**	–	**8.261**	205
Total de títulos e valores mobiliários	**50.375**	72.351	**206.168**	230.313

Através de fundos exclusivos, a Companhia e suas controladas aplicam seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez. **7. Consumidores, concessionários e permissionários:** a) Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado				
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total 31/12/2015	Total 31/12/2014
Circulante					
Classe de consumidores					
Residencial	**303.715**	**227.282**	**79.005**	**610.002**	385.422
Industrial	**98.468**	**19.153**	**63.803**	**181.424**	142.762
Comercial	**127.415**	**59.799**	**39.960**	**227.174**	138.834
Rural	**48.597**	**21.812**	**23.040**	**93.449**	57.755
Poder Público e iluminação pública	**111.637**	**82.124**	**77.470**	**271.231**	127.763
Serviço público	**22.547**	**4.188**	**1.490**	**28.225**	15.184
Revenda	**11.656**	**89**	**–**	**11.745**	7.477
Subtotal	**724.035**	**414.447**	**284.768**	**1.423.250**	875.197
Renda não faturada (c)	**465.902**	**–**	**–**	**465.902**	305.039
Consumidores livres	**57.150**	**585**	**7.749**	**65.484**	60.871
Consumidores baixa renda (f)	**34.884**	**–**	**–**	**34.884**	47.904
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	**57.330**	**–**	**4.136**	**61.466**	57.447
Companhia de Gás do Ceará (CEGAS)	**–**	**–**	**34.432**	**34.432**	34.432
Parcelamento de débitos (b)	**33.131**	**–**	**–**	**33.131**	12.447
Leilão Energia – CCEAR	**13.506**	**–**	**–**	**13.506**	16.985
Encargo emergencial	**–**	**–**	**–**	**–**	2.457
Companhia Energética de Goiás - CELG	**–**	**–**	**–**	**–**	206
Furnas Centrais Elétricas S.A. (d)	**–**	**–**	**2.685**	**2.685**	4.238
Tractebel Energia S.A. (d)	**–**	**–**	**–**	**–**	1.018
Contas a receber com partes relacionadas (e)	**201**	**–**	**–**	**201**	–
Outros	**15.563**	**7.077**	**2.783**	**25.423**	29.945
Subtotal	**1.401.702**	**422.109**	**336.553**	**2.160.364**	1.448.186
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	**–**	**–**	**(290.507)**	**(290.507)**	(227.923)
Total circulante	**1.401.702**	**422.109**	**46.046**	**1.869.857**	1.220.263
Não circulante					
Furnas Centrais Elétricas S.A. (d)	**–**	**–**	**125.612**	**125.612**	125.612
Tractebel Energia S.A. (d)	**–**	**–**	**70.772**	**70.772**	70.772
Comercialização na CCEE	**–**	**–**	**15.289**	**15.289**	15.289
Parcelamento de débitos (b)	**65.382**	**–**	**–**	**65.382**	83.259
Contas a receber com partes relacionadas (e)	**–**	**–**	**127.107**	**127.107**	119.697
Subtotal	**65.382**	**–**	**338.780**	**404.162**	414.629
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	**–**	**–**	**(261.841)**	**(261.841)**	(266.556)
Total não circulante	**65.382**	**–**	**76.939**	**142.321**	148.073

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(498.931)
(Adições)	(56.812)
Baixas	61.264
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(494.479)
(Adições)	**(156.513)**
Baixas	**98.644**
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**(552.348)**
Circulante	**(290.507)**
Não circulante	**(261.841)**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória aliada à análise dos riscos específicos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber registrados pelas controladas da Companhia. b) Parcelamento de débitos: Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre o Grupo e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso. Esses valores são cobrados nas contas de energia, com multa e juros de 1% a.m. calculados pro-rata e correção monetária com base na variação do IGP-M. Após referida atualização montante a ser parcelado, retirando a parcela da entrada, se houver, é aplicado os juros do parcelamento acordado na negociação sendo esse no máximo de 1,8% a.m.. c) Receita não faturada: Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. Em 31 de dezembro de 2015 o Grupo possui registrado em seu contas a receber o saldo de receita não faturada no montante total de R$465.902 (R$305.039 em 2014). d) Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") e Tractebel Energia S.A. ("Tractebel"): Em 31 de dezembro de 2015, a controlada CIEN possui contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, respectivamente, nos montantes de R$128.297 e R$70.772 (R$129.850 e R$71.790 em 2014) correspondentes ao faturamento de encargos de potência e energia associada, os quais não foram pagos em anos anteriores. A controlada CIEN com base em sua melhor estimativa quanto ao recebimento dos valores envolvidos possui registrada uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante total de R$196.384 em 31 de dezembro de 2015 (R$196.384 em 2014). e) Contas a receber com partes relacionadas: Os termos e condições envolvendo partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 23. f) Consumidores baixa renda: Com base nas Resoluções Normativas ANEEL nº 407/2010 e nº 414/2010, fica estabelecido que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras repassará mensalmente às distribuidoras o montante de subvenção para recompor os descontos concedidos aos consumidores de baixa renda enquadrados segundo os critérios das antigas Resoluções Normativas nº 246/2002 e nº 485/2004, subvenção esta advinda da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"). Em virtude dos critérios estabelecidos pelas resoluções mencionadas e calendário de recadastramento dos clientes que tem direito a receber o benefício, o saldo a receber consolidado em 31 de dezembro de 2015 é R$34.884 (R$47.904 em 2014). A referida subvenção é calculada mensalmente pelas distribuidoras e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse. **8. Subvenção CDE - Desconto Tarifário (Consolidado):** Valor a ser repassado pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras"), para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da CDE, e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Resolução Homologatória 1.703/2014	**51.742**	75.988	**–**	**–**	**51.742**	75.988
Resolução homologatória 1.711/2014	**–**	**–**	**74.489**	105.581	**74.489**	105.581
Resolução Homologatória 1.861/2015	**113.703**	**–**	**–**	**–**	**113.703**	**–**
Resolução Homologatória 1.882/2015	**–**	**–**	**188.630**	**–**	**188.630**	**–**
Parcela de estimativa	**6.147**	2.355	**(10.361)**	(2.278)	**(4.214)**	77
Atualização monetária (*)	**1.636**	**–**	**6.731**	**–**	**8.367**	**–**
Total de subvenção CDE	**173.228**	78.343	**259.489**	103.303	**432.717**	181.646

* A Resolução Homologatória 1.857, estabeleceu que a Eletrobras deverá atualizar os valores dos repasses dos recursos da CDE realizados em atraso com relação à data fixada para repasse pelo variação mensal do IPCA, tendo sua aplicação iniciada no mês de março de 2015. Em 8 de julho de 2015, foi proferida em favor das controladas Ampla Energia e COELCE, decisão liminar, autorizando a compensação integral dos valores devidos pela Eletrobras, a título de subvenção tarifária, acumulado desde outubro e novembro de 2014, com os valores mensalmente devidos pelas controladas Ampla Energia e COELCE, respectivamente, a título de cota mensal da CDE. Em função de a decisão ser liminar, as controladas Ampla Energia e COELCE mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R$231.405 e R$137.704, respectivamente , correspondente à parcela a repassar a Eletrobras decorrente da subvenção CDE, que será compensado contabilmente quando a decisão transitar em julgado.

9. Tributos a compensar:

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	22.726	18.666
Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS (b)	**4**	3
	22.730	18.669

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	**136.567**	91.516
Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS (b)	**222.610**	184.807
Porgrama de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") (c)	**91.288**	73.303
INSS Patronal	**1.676**	18.645
Outros tributos	**2.058**	9.047
	454.199	377.318
Circulante	**268.053**	229.140
Não circulante	**186.146**	148.178

(a) O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96) e saldo do imposto de renda pagos antecipadamente. O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da contribuição social sobre o lucro líquido pagos antecipadamente, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96. (b) Refere-se, basicamente, aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo ativo fixo (conforme conceito estabelecido na legislação fiscal), os quais estão sendo compensados mensalmente, contra o ICMS recolhidos de clientes, à razão de 1/48 avos. (c) Os valores classificados na linha de PIS e COFINS a compensar da controlada Ampla Energia no valor total de R$39.181 (R$31.845 em 2014) referem-se ao PIS e a COFINS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos Decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar nº 07/70. Adicionalmente, a controlada Ampla Energia possui retenções de PIS e COFINS de órgãos públicos. Os valores de PIS e COFINS a compensar referentes à controlada CIEN, no montante total de R$33.521 em 31 de dezembro de 2015 (R$29.631 em 2014), se referem principalmente aos pagamentos de PIS e COFINS realizados em anos anteriores, além do que era devido no curso normal das suas operações. Como consequência, a controlada CIEN entrou com um pedido de compensação dos tributos pagos à maior e aguarda a homologação da Secretaria da Receita Federal, para proceder à compensação dos mesmos. Os demais PIS e COFINS a compensar referem-se às controladas COELCE, CGTF, CDSA e Prátil, nos montantes de R$7.049, R$3.633, R$7.159 e R$745, respectivamente. **10. Cauções e depósitos**

		Consolidado			
		31/12/2015		31/12/2014	
Instituição	Tipo de aplicação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Itaú-Unibanco	Fundo de investimento	**65.492**	**–**	57.922	–
Bradesco	CDB	**–**	**6**	**–**	81
Itaú	CDB	**–**	**717**	**–**	659
BNB	CDB	**–**	**17.751**	**–**	17.458
Banco do Brasil	Título do Tesouro dos EUA	**–**	**6.907**	**–**	5.912
Caixa Econômica Federal	Caução	**319**	**–**	**320**	–
Outros	-	**–**	**194**	**–**	20
Total		**65.811**	**25.575**	58.242	**24.130**

Em 31 de dezembro de 2015, os saldos de cauções e depósitos registrados pelas controladas Ampla Energia e COELCE, nos valores de R$40.923 e R$50.463 (R$27.854 e R$54.518 em 2014), respectivamente, correspondem, basicamente, a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica e às retenções contratuais de fornecedores de serviços, além da garantia de contratos de financiamentos. Os valores em garantias são aplicados em fundos de investimento de renda fixa, CDBs e outros instrumentos financeiros de baixo risco. Eles incluem, garantias exigidas em contratos de empréstimos e financiamentos, valores retidos de fornecedores e de contratos de aquisição de energia elétrica conforme cláusulas contratuais. **11. Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros:** Como resultado da Audiência Pública n° 061/2014, em 10 de dezembro de 2014 foram aprovados os termos aditivos aos contratos de concessão das distribuidoras Ampla e Coelce, estabelecendo que, em caso de extinção da concessão, além dos valores de indenização decorrentes de investimentos não amortizados ou depreciados no curso da concessão, também serão objeto de indenização ou devolução pelo Poder Concedente, os saldos remanescentes apurados de itens da Parcela A da tarifa e outros componentes financeiros que não tenham sido recuperados ou devolvidos através do(s) ciclo(s) tarifário(s). Dessa forma, os aditamentos dos contratos de concessão e permissão representaram um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das distribuidoras aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as distribuidoras e o órgão regulador, e que até então eram considerados ativos e passivos regulatórios os quais não possuíam garantias de recuperação ou liquidação. Sendo assim, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão, referidos ativos e passivos passaram a ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica e classificados como natureza financeira. Por se tratar de evento novo, a Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais. O registro dos valores a receber foi efetuado em contas de ativo em contrapartida ao resultado deste exercício na rubrica de receita de vendas de bens e serviços

	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Compra de energía	**523.808**	**98.369**	244.429	82.246
Encargo de serviço do sistema - ESS	**(164.035)**	**(26.680)**	(98.086)	(31.158)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	**59.239**	**15.118**	23.406	6.085
Uso da rede básica	**108.579**	**26.478**	20.831	8.231
Outros	**16.628**	**7.931**	(4.017)	(1.649)
Diferimentos tarifários (CVAs)	**544.219**	**121.216**	186.563	63.755
Sobrecontratação de energia	**27.360**	**57**	293.322	74.929
Recomposição de ICMS	**80.771**	**28.016**	30.710	91.210
Diferencial Eletronuclear	**–**	**–**	14.903	4.826
Bandeira não faturada	**(44.305)**	**–**	–	–
Postergação da revisão tarifária	**–**	**–**	(28.327)	1.589
Neutralidade	**24.816**	**7.674**	–	–
Outros passivos	**56.658**	**(5.031)**	(9.838)	(1.444)
Outros valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	**145.300**	**30.716**	300.770	171.110
Total dos outros valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	**689.519**	**151.932**	487.333	234.865

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC. **12. Benefício fiscal - ágio incorporado (Consolidado): Ágio de incorporação da controladora:** O ágio é oriundo da operação de incorporação que a controlada COELCE realizou em sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999, sendo fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada, conforme determinação da Resolução da ANEEL nº 269, de 15 de setembro de 1999. O saldo acumulado será amortizado conforme demonstrado abaixo:

Ano	Fator de amortização	Ano	Fator de amortização
2016	0,02792	2022	0,01640
2017	0,02555	2023	0,01501
2018	0,02338	2024	0,01374
2019	0,02140	2025	0,01257
2020	0,01958	2026	0,01151
2021	0,01792	2027	0,01053

Em 26 de abril de 2004, a Superintendência de Fiscalização Financeira da ANEEL emitiu Relatório de Acompanhamento de Fiscalização, alegando que a reserva de ágio formada na incorporação da sociedade Distriluz não teria por contrapartida ativos com substância econômica, e desta forma, seguindo a Instrução CVM nº 349/01, determinou que somente deveria ficar registrado em conta de patrimônio líquido da controlada COELCE (reserva de ágio) a parcela correspondente ao benefício fiscal advindo da amortização do ágio, por entender que apenas esta parcela possui substância econômica. Tendo em vista a conclusão dos entendimentos com a ANEEL, a controlada COELCE, para a substituição do mecanismo de desdobramento e resgate de ações, após afastados os riscos de questionamentos fiscais, societários e de descumprimentos de *covenants* financeiros com instituições financeiras, e após ratificação dos devidos ajustes contábeis pela ANEEL, emitida através do Ofício nº 584/05, de 14 de abril de 2005, a Assembleia Geral Extraordinária, de 28 de abril de 2005, aprovou a proposta do Conselho de Administração da controlada COELCE de cumprir as recomendações do órgão regulador. Desta forma, as operações de desdobramentos e resgate de ações da controlada COELCE para compensar aos acionistas pela redução do lucro decorrente da amortização do ágio, oriundo da incorporação da sociedade Distriluz, interrompidas em 2003, foram substituídas pelas disposições previstas na Instrução CVM nº 319/99, alterada pela Instrução nº 349/01, que consistem na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a controlada COELCE. Para recompor o resultado de cada exercício, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo exercício. O registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a controlada COELCE. Para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	Consolidado 31/12/2015	Consolidado 31/12/2014
Ágio da incorporação	**775.960**	775.960
Amortização do ágio	**(608.736)**	(585.061)
Provisão sobre o ágio	**(429.365)**	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	**318.747**	303.121
Saldo	**56.606**	64.655
Reserva de capital	**31/12/2015**	**31/12/2014**
Ágio da incorporação	**775.960**	775.960
(-) Desdobramento e resgate de ações	**(125.407)**	(125.407)
Provisão sobre o ágio	**(429.365)**	(429.365)
Saldo	**221.188**	221.188

13. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Alienação de bens e direitos	**–**	–	**1.484**	1.583
Assistência médica a aposentados	**–**	–	**7.692**	6.492
Convênios de arrecadação	**–**	–	**77.063**	52.527
Consumidores - serviços prestados	**–**	–	**81.368**	77.048
Desativações em curso	**–**	–	**23.297**	50.528
Gastos a reembolsar - consumidores	**–**	–	**3.569**	3.576
Gastos a reembolsar - iluminação pública	**–**	–	**2.795**	2.795
Sindicato	**–**	–	**5.658**	5.658
Serviços a terceiros	**–**	–	**17.716**	13.159
Créditos de fornecedores	**–**	–	**21.597**	16.149
Adiantamentos a empregados	**–**	1.372	**11.924**	10.909
Adiantamentos a fornecedores	**859**	–	**24.670**	6.111
Energia livre	**–**	–	**2.729**	2.742
Despesas de novos negócios	**13.025**	11.955	**13.025**	11.955
Consórcio Tapajós	**16.920**	16.920	**16.920**	16.920
Estoques	**–**	–	**6.685**	2.794
Despesas pagas antecipadamente	**–**	–	**39.915**	9.122
Outros	**8.408**	8.952	**54.742**	68.210
Provisão para perda na realização de outros créditos	**–**	–	**(25.691)**	(24.132)
Total	**39.212**	39.199	**387.158**	334.146
Circulante	**22.292**	22.279	**367.852**	314.572
Não circulante	**16.920**	16.920	**19.306**	19.574

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(20.851)
(Adições)	(3.450)
Baixas	169
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(24.132)
(Adições)	(1.559)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(25.691)

14. Investimentos: A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia:

	Controladora 31/12/2015					
	% Participação direta	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício
Ampla Energia	**46,89%**	**1.298.230**	**2.513.420**	**7.818.528**	**5.177.380**	**(35.234)**
COELCE	**58,87%**	**442.946**	**2.005.047**	**4.609.720**	**4.130.164**	**363.070**
CIEN	**100,00%**	**285.045**	**361.056**	**960.457**	**298.725**	**(20.718)**
CGTF	**100,00%**	**151.936**	**640.783**	**854.683**	**810.237**	**126.400**
CDSA	**99,61%**	**64.340**	**616.107**	**900.474**	**466.445**	**193.921**
Prátil	**99,99%**	**10.528**	**4.957**	**23.289**	**28.894**	**(6.571)**
Fazenda Nova	**99,95%**	**1.839**	**(2.479)**	**212**	**–**	**(297)**

	Controladora 31/12/2014					
	% Participação direta	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício
Ampla Energia	46,89%	1.298.230	2.593.172	6.234.801	4.589.054	194.830
COELCE	58,87%	442.946	1.715.844	4.028.141	3.621.915	251.559
CIEN	100,00%	285.045	491.349	1.050.205	291.921	44.742
CGTF	100,00%	151.936	684.256	1.041.371	869.183	98.510
CDSA	99,61%	64.340	643.544	894.303	655.743	255.715
Prátil	99,99%	1.000	2.467	33.649	23.462	623
Fazenda Nova	99,95%	1.839	(2.182)	264	–	(294)

continua

continuação

ENEL BRASIL S.A. (Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.) - CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

A seguir, são apresentadas as movimentações dos investimentos:

	Investimento 31/12/2014	Equivalência patrimonial	Dividendos	Ajuste acumulado de conversão	Outros	Resultado abrangente em controladas	Integralização de capital	Investimento 31/12/2015
Ampla Energia	1.215.932	(16.521)	13	–	–	(20.888)	–	1.178.536
COELCE	1.010.117	213.739	(42.444)	–	–	(1.041)	–	1.180.371
CIEN	491.351	(20.718)	(151.879)	42.302	–	–	–	361.055
CGTF	684.256	126.400	(169.366)	–	–	(3.034)	–	638.258
CDSA	641.036	193.164	(220.492)	–	–	–	–	613.708
Prátil	2.466	(6.570)	–	–	(465)	–	9.527	4.958
Fazenda Nova	(68)	(297)	–	–	(9)	–	–	(375)
Enel Green Power I (a)	50	–	–	–	–	–	–	50
Enel Green Power II (a)	50	–	–	–	–	–	–	50
Total	4.045.190	489.197	(584.168)	42.302	(474)	(24.963)	9.527	3.976.611

	Investimento 31/12/2013	Equivalência patrimonial	Dividendos	Ajuste acumulado de conversão	Outros	Resultado abrangente tem controladas	Investimento 31/12/2014
Ampla Energia	1.163.259	91.356	(21.516)	-	-	(17.167)	1.215.932
COELCE	922.094	148.093	(55.366)	-	-	(4.704)	1.010.117
CIEN	532.705	44.742	(88.185)	2.089	-	-	491.351
CGTF	693.415	98.510	(108.245)	-	-	576	684.256
CDSA	757.228	254.717	(370.909)	-	-	-	641.036
Prátil	6.836	623	(4.435)	-	(558)	-	2.466
Fazenda Nova	311	(293)	-	-	(86)	-	(68)
Enel Green Power I (a)	50	-	-	-	-	-	50
Enel Green Power II (a)	50	-	-	-	-	-	50
Total	4.075.948	637.748	(648.656)	2.089	(644)	(21.295)	4.045.190

(a) Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 ,o saldo do investimento no consolidado é de R$100.Ativo indenizável (concessão). Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados pelas controladas Ampla Energia e COELCE até o final de suas respectivas concessões classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das ICPC 01 e ICPC 17 e da OCPC 05. O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição ("VNR"). A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim demonstrada:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.014.096
Transferências do ativo intangível (*)	417.932
Marcação a mercado – ativo financeiro	(306.060)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.125.968
Transferências do ativo intangível (*)	**402.865**
Marcação a mercado – ativo financeiro	**193.590**
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**2.722.423**

O valor residual de cada bem novo adquirido que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão é transferido do ativo intangível e alocado como Ativo Financeiro nos moldes da Lei nº 12.783. **16. Imobilizado**

		Controladora			
		31/12/2015			31/12/2014
	Vida útil (anos)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Terrenos	–	**350**	**–**	**350**	350
Edificações	30	**1.771**	**(661)**	**1.110**	1.210
Máquinas e equipamentos	6	**2.025**	**(1.462)**	**563**	720
Veículos	7	**1.344**	**(1.236)**	**108**	94
Móveis e utensílios	16	**3.951**	**(3.636)**	**315**	541
Total imobilizado em serviço		**9.441**	**(6.995)**	**2.446**	2.915
Em curso					
Imobilizado em andamento	–	**1.169**	**–**	**1.169**	1.304
Total do imobilizado em curso		**1.169**	**–**	**1.169**	1.304
Total do imobilizado		**10.610**	**(6.995)**	**3.615**	4.219

		Consolidado			
		31/12/2015			31/12/2014
	Vida útil (anos)	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Terrenos	**-**	**3.644**	**–**	**3.644**	3.644
Reservatórios	**50**	**243.081**	**(163.370)**	**79.711**	84.698
Edificações	**30**	**203.042**	**(141.669)**	**61.373**	66.967
Máquinas e equipamentos	**31**	**4.320.579**	**(2.893.037)**	**1.427.542**	1.509.189
Veículos	**7**	**5.551**	**(4.508)**	**1.043**	1.264
Móveis e utensílios	**16**	**81.981**	**(56.060)**	**25.921**	22.991
Bens de renda	**40**	**25.005**	**(15.880)**	**9.125**	9.371
Total imobilizado em serviço		**4.882.883**	**(3.274.524)**	**1.608.359**	1.698.124
Em curso					
Imobilizado em andamento	**–**	**344.869**	**-**	**344.869**	271.383
Total do imobilizado em curso		**344.869**	**-**	**344.869**	271.383
Total do imobilizado		**5.227.751**	**(3.274.523)**	**1.953.228**	1.969.507

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

	Controladora					Consolidado				
	Em serviço			Em curso	Total	Em serviço			Em curso	Total
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	9.596	(6.047)	3.549	1.169	4.718	4.699.665	(2.958.642)	1.741.023	249.229	1.990.252
Transferências	–	–	–	–	–	114.710	–	114.710	(114.710)	–
Adições	–	–	–	135	135	5.500	–	5.500	139.570	145.070
Reclassificações	–	–	–	–	–	5.478	(7.060)	(1.582)	(2.706)	(4.288)
Baixas	–	–	–	–	–	(3.828)	3.803	(25)	–	(25)
Depreciação	–	(634)	(634)	–	(634)	–	(158.550)	(158.550)	–	(158.550)
Efeito de conversão de controlada no exterior	–	–	–	–	–	(6.988)	4.036	(2.952)	–	(2.952)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	9.596	(6.681)	2.915	1.304	4.219	4.814.537	(3.116.413)	1.698.124	271.383	1.969.507
Transferências	**135**	**–**	**135**	**(135)**	**–**	**78.471**	**–**	**78.471**	**(78.471)**	**–**
Adições	**–**	**–**	**–**		**–**	**214**	**–**	**214**	**147.218**	**147.432**
Reclassificações	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**183**	**183**	**4.739**	**4.922**
Baixas	**(290)**	**285**	**(5)**	**–**	**(5)**	**(7.774)**	**3.191**	**(4.583)**	**–**	**(4.583)**
Depreciação	**–**	**(599)**	**(599)**	**–**	**(599)**	**–**	**(163.209)**	**(163.209)**	**–**	**(163.209)**
Efeito de conversão de controlada no exterior	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(2.565)**	**1.724**	**(841)**	**–**	**(841)**
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**9.441**	**(6.995)**	**2.446**	**1.169**	**3.615**	**4.882.883**	**(3.274.524)**	**1.608.359**	**344.869**	**1.953.228**

O ativo imobilizado do Grupo Enel é composto, basicamente, pelos saldos dispostos nas controladas CGTF, CDSA e CIEN, conforme características abaixo de cada uma das controladas. **CGTF:** O prazo de autorização da controlada CGTF para explorar as atividades que estão descritas em seu estatuto é de trinta anos, conforme citado no artigo 5º da resolução ANEEL 433 de 19 de outubro de 2001, a partir da data desta resolução. De acordo com o mesmo artigo 5º da referida Resolução, tal prazo de autorização poderá ser prorrogado a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. Os bens que compõem o ativo imobilizado da controlada CGTF não estão caracterizados como bens reversíveis, motivo pelo qual não revertem à União no final do período de autorização. **CDSA:** O imobilizado da controlada CDSA está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela ANEEL. A Administração da Companhia entende que a controlada CDSA sendo uma concessionária de serviço público de geração, ao término da concessão, os ativos não depreciados serão indenizados pelo montante mínimo ao valor residual contábil, por parte do órgão concedente, no caso desta não vir a ser renovada. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. Conforme a segunda e terceira subcláusulas da cláusula décima primeira do Contrato de Concessão nº 11/1997, assinado pela controlada CDSA e ANEEL em 12 de setembro de 1997, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato de Concessão, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL. **CIEN:** De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. **17. Intangível:** A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Em serviço			Em curso	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	435.755	(212.855)	222.900	4.352	4.352	227.252
Reclassificações	–	–	–	(2.396)	(2.396)	(2.396)
Amortização do ágio	–	(22.622)	(22.622)	–	–	(22.622)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	435.755	(235.477)	200.278	1.956	1.956	202.234
Amortização do ágio	–	(23.272)	(23.272)	–	–	(23.272)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**435.755**	**(258.749)**	**177.006**	**1.956**	**1.956**	**178.962**

	Consolidado						
	Em serviço				Em curso		
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	8.171.551	(3.791.816)	(620.320)	3.759.415	1.117.291	(269.834)	847.457	4.606.872
Adições	–	–	–	–	814.722	(50.156)	764.566	764.566
Baixas	(232.050)	175.757	–	(56.293)	–	–	–	(56.293)
Amortização	–	(452.963)	43.917	(409.046)	–	–	–	(409.046)
Reclassificações	(5.478)	7.060	–	1.582	310	–	310	1.892
Transferências	1.202.020	–	(74.519)	1.127.501	(1.202.020)	74.519	(1.127.501)	–
Transferências ativo indenizável(*)	(417.932)	–	–	(417.932)	–	–	–	(417.932)
Efeito de conversão de controladas no exterior	(420)	367	–	(53)	–	–	–	(53)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	8.717.691	(4.061.595)	(650.922)	4.005.174	730.303	(245.471)	484.832	4.490.006
Adições	–	–	–	–	1.223.803	(48.162)	1.175.641	1.175.641
Baixas	(182.001)	164.031	69.859	51.889	–	–	–	51.889
Amortização	–	(449.829)	45.318	(404.511)	–	–	–	(404.511)
Reclassificações	–	(183)	–	(183)	(4.739)	–	(4.739)	(4.922)
Transferências	954.571	–	(8.830)	945.741	(954.571)	8.830	(945.741)	–
Transferências ativo indenizável(*)	(407.150)	–	4.285	(402.865)	–	–	–	(402.865)
Efeito de conversão de controladas no exterior	(154)	134	–	(20)	–	–	–	(20)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	9.082.957	(4.347.442)	(540.290)	4.195.225	994.796	(284.803)	709.993	4.905.218

(*) O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro nos moldes da Lei nº 12.783. Vide Nota 15. **Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica:** Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício nº 1.314/2007-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2007, que determina o registro da amortização mensal na obrigação especial, que decorre da participação nos investimentos não condicionadas a qualquer retorno para a concessão, tal registro é iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária das controladas Ampla Energia e COELCE, e a amortização teve seus primeiros registros em abril de 2009, baseados em uma taxa média. As obrigações vinculadas à concessão estão sendo amortizadas, a partir do 2º ciclo de revisão tarifária, às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura de cada empresa distribuidora, usando-se a taxa de 4,10% a.a. e 3,84% nas controladas Ampla Energia e COELCE, respectivamente. Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro (indenização).

18. Fornecedores:

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Partes relacionadas (a)	65.662	2.944
Materiais e serviços	4.489	11.137
Total	70.151	14.081

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Suprimento e transporte de energia		
Compra de energia	**988.398**	760.160
Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS	**44.578**	27.612
Diferencial Eletronuclear	**1.440**	21.373
Encargo de uso da rede	**22.871**	26.325
Geradoras - Energia Livre	**10.690**	17.942
Partes relacionadas (a)	**204.953**	125.414
Cessão de crédito (b)	**-**	84.000
Outros	**4.730**	5.051
Materiais e serviços	**387.705**	316.942
Total	**1.665.365**	1.384.819
Circulante	**1.530.701**	1.258.456
Não circulante	**134.664**	126.363

(a) Os termos e condições envolvendo partes relacionadas, se encontram descritos na Nota 23. (b) Em 22 de dezembro de 2014, a controlada CGTF celebrou contrato de convênio de cessão de crédito sem direito de regresso junto ao Banco Itaú BBA S.A. ("Banco Itaú") no valor máximo de R$85.000, transferindo ao Banco Itaú o direito parcial do crédito devido em razão do serviço de fornecimento de energia elétrica à controlada COELCE pertinente às faturas dos meses de novembro e dezembro de 2014. A controlada CGTF, objetivando antecipar os recebíveis da controlada COELCE, utilizou o montante de R$84.000 disponíveis no contrato de convênio de cessão de crédito celebrado, os quais foram liquidados na data de vencimento de cada fatura ao longo do exercício de 2015. **19. Empréstimos e financiamentos:** As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

	Consolidado					
	Encargos de dívida		Principal			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Moeda estrangeira						
União Federal - Bônus de Desconto (a)	15	9	–	–	4.456	3.031
União Federal - Bônus ao Par (a)	83	56	–	–	6.386	4.344
Total moeda estrangeira	98	65	–	–	10.842	7.375
Moeda nacional						
Eletrobras (b)	250	16	9.902	10.212	37.459	52.006
Banco do Nordeste - FNE (c)	232	304	21.237	21.237	47.784	69.022
BNDES FINAME 2012-2013 (d)	41	46	4.121	4.121	26.788	30.909
BNDES FINEM 2012-2013 A (d)	220	238	13.007	12.960	45.523	58.318
BNDES FINEM 2012-2013 B (d)	244	268	13.006	12.960	45.523	58.319
Itaú CCB (e)	6.299	5.070	–	–	150.000	150.000
BNDES (Finame) (f)	4	2	561	236	1.963	1.063
BNDES (Finem seccionamento) (g)	71	39	4.243	2.115	14.850	9.516
BNDES (Capex 2011) (h)	207	245	10.140	10.139	45.626	55.765
BNDES (Capex 2011) (h)	185	230	19.374	19.305	29.062	48.263
BNDES (Capex 2011) (h)	205	258	19.374	19.305	29.062	48.263
BNDES (Capex 2012-2013) (i)	80	92	8.256	8.297	52.977	61.539
BNDES (Capex 2012-2013) i)	398	431	23.528	23.412	82.349	105.356
BNDES (Capex 2012-2013) (i)	441	484	23.528	23.412	82.348	105.356
Eletrobras	–	2	–	2.941	–	10.923
Eletrobras	–	2	–	2.655	–	7.268
Banco do Brasil S.A. (BB Agropecuário) (j)	6.298	4.692	75.000	–	225.000	300.000
Banco do Brasil S.A. (j)	1.813	1.384	–	–	100.000	100.000
Banco do Brasil S.A .(j)	424	320	–	–	30.000	30.000
BNDES (Capex 2014-2015) A (k)	61	–	7.666	–	76.656	–
BNDES (Capex 2014-2015) B (k)	165	–	7.666	–	76.650	–
Working Capital Santander (l)	–	–	50.474	–	–	–
Total moeda nacional	17.638	14.123	311.083	173.307	1.199.620	1.301.886
Total de empréstimos e financiamentos	17.736	14.188	311.083	173.307	1.210.462	1.309.261

Bancos	Início	Vencimento	Tipo de amortização	Garantias	Encargos financeiros
Moeda estrangeira:					
União Federal - Bônus de Desconto (a)	15/08/1997	11/04/2024	Ao final	Recebíveis e conta reserva	USD + Libor + 1,0125% a.a.
União Federal - Bônus ao Par (a)	15/08/1997	11/04/2024	Ao final	Recebíveis e conta reserva	USD + 6,2% a.a.
Moeda nacional:					
Eletrobras (b)	03/03/2000	30/09/2023	Mensal	Recebíveis e nota promissória	6,95% a.a.
Banco do Nordeste – FNE (c)	29/12/2004	15/03/2019	Mensal	Fiança bancária e conta reserva	10% a.a.
BNDES FINAME 2012-2013 (d)	28/08/2013	15/06/2023	Mensal	Recebíveis e conta reserva	3,00% a.a.
BNDES FINEM 2012-2013 A (d)	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis e conta reserva	TJLP + 2,8% a.a.
BNDES FINEM 2012-2013 B (d)	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis e conta reserva	TJLP + 3,8% a.a.
Itaú CCB (e)	20/03/2014	20/03/2019	Mensal	-	112%CDI
BNDES (Finame) (f)	24/03/2014	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	3,5%
BNDES (Finem seccionamento) (g)	24/03/2014	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,8%
BNDES (Capex 2011) (h)	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	Recebíveis	8,7% a.a.
BNDES (Capex 2011) (h)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,96%
BNDES (Capex 2011) (h)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,96%
BNDES (Capex 2012-2013) (i)	16/08/2013	15/05/2023	Mensal	Recebíveis	3,0%
BNDES (Capex 2012-2013) (i)	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,80%
BNDES (Capex 2012- 2013) (i)	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,80%
Banco do Brasil S.A. (j)	19/11/2013	14/11/2019	Anual	-	107% CDI
Banco do Brasil S.A .(j)	29/11/2013	25/11/2019	Anual	-	107% CDI
Banco do Brasil S.A .(BB Agropecuário) (j)	12/11/2014	07/11/2019	Semestral	-	107% CDI
BNDES (Capex 2014-2015) A (k)	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,1% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) B (k)	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	SELIC + 3,18% a.a.
Working Capital Santander (l)	21/03/2011	27/06/2016	Mensal	-	CDI + 1,8% a.a.

(a) União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) - dívida de médio e longo prazo (DMLPs) - Confissão de dívida a União Federal em 15 de agosto de 1997. O contrato está dividido em 7 (sete) subcréditos (três deles já liquidados), remunerados a base de variação cambial (dólares norte-americanos). (b) Eletrobras - Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz para Todos, do Ministério das Minas e Energia - MME, com recursos originários da RGR e CDE. (c) Banco do Nordeste do Brasil - Programa de incentivo as fontes alternativas de energia (Proinfra) - A controlada COELCE celebrou contrato com o Banco do Nordeste do Brasil para o financiamento de inversões fixas, através de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)/Proinfa. (d) BNDES FINAME/FINEM: Financiamento para o plano de investimento 2012/2013 da controlada COELCE contratado em 28 de junho de 2013, no montante total de R$217.185, através de sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. Até 31 de dezembro de 2015 havia sido liberado pelo BNDES 89% do total. (e) Cédula de credito bancário Itaú: Empréstimo com vencimento em março de 2019, na modalidade de capital de giro destinados ao apoio financeiro da controlada COELCE e utilizados para cobrir custos operacionais. (f) BNDES Finame: Financiamento, no montante total de R$3.296, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários à implantação de reforços na rede básica de transmissão de energia elétrica da controlada CIEN, por meio do seccionamento de linha de transmissão Garabi II, o qual foi contratado junto ao banco Itaú, com repasse de recursos do BNDES. Até 31 de dezembro de 2015 a controlada CIEN havia sacado 89% do valor contratado. (g) BNDES Finem seccionamento: Financiamento, no montante de R$29.520, destinados ao projeto de implantação de reforços na rede básica de transmissão de energia elétrica da controlada CIEN, por meio do seccionamento de linha de transmissão Garabi II, o qual foi contratado junto ao banco Itaú, com repasse de recursos do BNDES. Até 31 de dezembro de 2015 a controlada CIEN havia sacado 75% do valor contratado. (h) BNDES Capex 2011: Financiamento, no montante total de R$331.397, para o plano de investimento 2010/2011 da controlada Ampla Energia, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. Até 31 de dezembro de 2015 a controlada Ampla Energia sacou 97% do valor contratado. (i) BNDES Capex: 2012/2013: Financiamento, no montante de R$450.171, para o plano de investimento 2012/2013 da controlada Ampla Energia, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itau, como repasse de recursos do BNDES. Até 31 dezembro de 2015 a controlada Ampla Energia havia sacado 79% do valor contratado. (j) Cédula de Crédito Bancário Banco do Brasil: Empréstimo com vencimento em novembro de 2019, na modalidade de Crédito Agrário destinados ao apoio financeiro das controladas Ampla Energia e COELCE na utilização de amortização de dívidas anteriores. (k) BNDES Capex: 2014/2015: Financiamento, no montante de R$562.101, para o plano de investimento 2014/2015 das controladas Ampla Energia e COELCE, exceto aquisição de máquinas e equipamentos, contrato liderado pelo Itaú, como repasse de recursos do BNDES. Até 31 dezembro de 2015 as controladas haviam sacado 30% do valor contratado. (l) Working capital Santander: Linha de crédito garantida com o Banco Santander, utilizada como capital de giro pela controlada COELCE. Nas operações de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e nas operações de capital de giro as controladas Ampla Enegia, COELCE, e CIEN comprometeram-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2015:

Banco	Obrigações especiais financeiras	Índice	Periodicidade
BNDES (FINEM e Finame)/ Seccionamento//Itaú CCB	Endividamento financeiro líquido/LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
BNDES (FINEM e Finame) / Seccionamento/Itaú CCB	Endividamento financeiro líquido/Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Semestral
BNDES (Capex 2012-2013 e 2014-2015)	Endividamento bancário líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES (Capex 2012-2013 e 2014-2015)	Endividamento bancário líquido/Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual
Banco do Brasil S.A.	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,00	Semestral

LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação amortização.
Em 31 de dezembro de 2015, as subsidiárias estavam em compliance com estas obrigações, exceto pelo índice de endividamento financeiro líquido/LAJIDA, para o qual a Ampla Energia obteve um waiver junto às instituições bancárias com validade em 31 de dezembro de 2015, tendo sido ainda formalizada a modificação nos respectivos covenants para os próximos períodos. O principal dos empréstimos e financiamentos não circulante, excluindo os efeitos das operações de swap contratados, tem a amortização do principal contratado distribuída da seguinte forma:

continua

continuação

ENEL BRASIL S.A. (Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.) - CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

Ano	Consolidado 31/12/2015	31/12/2014
2016	-	247.913
2017	**367.682**	340.041
2018	**347.714**	318.764
2019	**311.778**	280.789
2020	**98.151**	68.460
Após 2020	**85.137**	53.294
Total	**1.210.462**	1.309.261

Mutação de empréstimos e financiamentos, sem os efeitos dos custos de transação:

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2013	228.975	1.018.355	32.869	95.101	1.375.300
Captações	131.477	463.126	–	–	594.603
Encargos provisionados	109.070	–	7.069	–	116.139
Encargos pagos	(98.712)	–	(276)	–	(98.988)
Variação monetária e cambial	–	37	12.684	864	13.585
Transferências	179.632	(179.632)	88.590	(88.590)	–
Resultado swap	–	–	(7.545)	–	(7.545)
Amortizações	(363.012)	–	(133.326)	–	(496.338)
Em 31 de dezembro de 2014	187.430	1.301.886	65	7.375	1.496.756
Captações	**338.147**	**67.088**	**–**	**–**	**405.235**
Encargos provisionados	**152.356**	**–**	**390**	**–**	**152.746**
Encargos pagos	**(148.837)**	**–**	**(402)**	**–**	**(149.239)**
Variação monetária e cambial	**–**	**1.687**	**–**	**3.512**	**5.199**
Transferências	**171.041**	**(171.041)**	**45**	**(45)**	**–**
Amortizações	**(371.416)**	**–**	**–**	**–**	**(371.416)**
Em 31 de dezembro de 2015	**328.721**	**1.199.620**	**98**	**10.842**	**1.539.281**

20. Debêntures

	Consolidado					
	31/12/2015			31/12/2014		
			Principal			Principal
Descrição	Companhias	Encargos	Circulante	Não Circulante	Encargos	Circulante	Não Circulante
1ª série - 3ª emissão	COELCE	**1.575**	**52.000**	**–**	2.613	52.000	52.000
1ª série - 6ª emissão	Ampla Energia	**369**	**58.500**	**–**	508	58.500	58.500
1ª série - 7ª emissão	Ampla Energia	**624**	**50.000**	**50.000**	428	–	100.000
1ª série - 8ª emissão	Energia	**11.050**	**–**	**150.000**	8.392	–	150.000
2ª série - 3ª emissão	COELCE	**5.537**	**131.522**	**263.073**	5.105	–	356.970
2ª série - 6ª emissão	Ampla Energia	**10.576**	**82.307**	**164.613**	9.638	–	223.375
2ª série - 7ª emissão	Ampla Energia	**12.593**	**–**	**385.551**	11.476	–	348.788
2ª série - 8ª emissão	Energia	**11.050**	**–**	**150.000**	8.392	–	150.000
(-) Custo a amortizar		**–**	**(1.547)**	**(3.176)**	–	(1.583)	(4.723)
Total sem efeito das operações de swap		**53.374**	**372.782**	**1.160.061**	46.552	108.917	1.434.910
Resultado das operações de swap		**–**	**(5.068)**	**(5.385)**	–	(844)	(15.365)
Total de debêntures		**53.374**	**367.714**	**1.154.676**	46.552	108.073	1.419.545

Mutação de debêntures:	Consolidado Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	25.415	1.168.765	1.194.180
Captações	–	300.000	300.000
Encargos provisionados	117.542	–	117.542
Encargos pagos	(98.466)	–	(98.466)
Transferências de prazos	110.500	(110.500)	–
Variação monetária	–	57.801	57.801
Transferência custo de transação	(101)	101	–
Apropriação do custo de transação	257	(976)	(719)
Resultado das operações de swap	(522)	4.354	3.832
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**154.625**	**1.419.545**	**1.574.170**
Encargos provisionados	**152.499**	**–**	**152.499**
Encargos pagos	**(145.671)**	**–**	**(145.671)**
Transferências de prazos	**370.072**	**(370.072)**	**–**
Variação monetária	**–**	**97.929**	**97.929**
Amortização do principal	**(110.502)**	**–**	**(110.502)**
Transferência custo de transação	**(1.547)**	**1.547**	**–**
Apropriação do custo de transação	**1.583**	**–**	**1.583**
Resultado das operações de swap	**29**	**5.727**	**5.756**
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**421.088**	**1.154.676**	**1.575.764**

Características das emissões:

COELCE

Características	3ª emissão - 1ª série	3ª emissão - 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	10.400 debêntures simples	29.600 debêntures simples
Valor nominal	R$10	R$10
Data de emissão	15 de outubro de 2011	15 de outubro de 2011
Vencimento inicial	15 de outubro de 2015	15 de outubro de 2016
Vencimento final	15 de outubro de 2016	15 de outubro de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 0,97% a.a.	6,85% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

Ampla Energia

Características	6ª emissão - 1ª série	6ª emissão - 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.700 debêntures simples	18.300 debêntures simples
Valor nominal	R$10	R$10
Data de emissão	15 de junho de 2011	15 de junho de 2011
Vencimento inicial	15 de junho de 2015	15 de junho de 2016
Vencimento final	15 de junho de 2016	15 de junho de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,20% a.a.	IPCA + 7,90% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

Característica	7ª emissão - 1ª série	7ª emissão - 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	10.400 debêntures simples	30.000 debêntures simples
Valor nominal	R$10	R$10
Data de emissão	15 de junho de 2012	15 de junho de 2012
Vencimento inicial	15 de junho de 2016	15 de junho de 2017
Vencimento final	15 de junho de 2017	15 de junho de 2019
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,02% a.a.	IPCA + 6,00% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2016 e 2017	2017, 2018 e 2019

Característica	8ª emissão - 1ª série	8ª emissão - 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	15.000 debêntures simples	35.000 debêntures simples
Valor nominal	R$10	R$10
Data de emissão	16 de julho de 2014	16 de julho de 2014
Vencimento inicial	15 de julho de 2017	15 de julho de 2017
Vencimento final	15 de julho de 2019	15 de julho de 2019
Atualização monetária	Sem atualização	Sem atualização
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,45% a.a.	CDI + 1,45% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Semestral
Amortização programada	Em três parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2017, 2018 e 2019	2017, 2018 e 2019

Durante 2015 a controlada Ampla Energia obteve aprovação, através de Assembleias de Debenturistas, para modificar a fórmula de cálculo dos covenants. As controladas Ampla Energia e COELCE estão sujeitas à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2015:

Emissão	Obrigações especiais financeiras	Índice
3ª emissão - COELCE	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,50
3ª emissão - COELCE	EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)	2,75
6ª Emissão - Ampla Energia	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,75
6ª Emissão - Ampla Energia	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	1,75
7ª Emissão - Ampla Energia	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,75
7ª Emissão - Ampla Energia	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	1,75
8ª Emissão - Ampla Energia	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,75
8ª Emissão - Ampla Energia	Dívida financeira líquida/(Dívida financeira líquida + patrimônio líquido) (máximo)	0,60

Amortização contratual do longo prazo das debêntures, é como segue:

	2017	2018	Após 2018	Total
1ª série - 7ª emissão - Ampla Energia	**50.000**	**–**	**–**	**50.000**
1ª série - 8ª emissão - Ampla Energia	**50.000**	**50.000**	**50.000**	**150.000**
2ª série - 3ª emissão - COELCE	**131.522**	**131.551**	**–**	**263.073**
2ª série - 6ª emissão - Ampla Energia	**82.307**	**82.306**	**–**	**164.613**
2ª série - 7ª emissão - Ampla Energia	**128.517**	**128.517**	**128.517**	**385.551**
2ª série - 8ª emissão - Ampla Energia	**50.000**	**50.000**	**50.000**	**150.000**
(-) Custo de transação	**(1.161)**	**(1.020)**	**(995)**	**(3.176)**
Total a amortizar	**491.185**	**441.354**	**227.522**	**1.160.061**

21. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro: Considerações gerais: O Grupo Enel possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado. **Fatores de risco:** a) Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade do Grupo Enel vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A tabela abaixo apresenta os valores contábeis dos passivos em moeda estrangeira que não estão protegidos por instrumentos de *swap* cambial:

	Passivo 31/12/2015	31/12/2014
Dólares norte-americanos	**10.940**	7.440

Em seguida, um quadro de análise de sensibilidade dos impactos no resultado do Grupo caso a variação da taxa de câmbio de 2015 fosse igual a esperada para 2016, segundo projeções baseadas na curva futura de dólar da BM&FBOVESPA:

31/12/2015	Aumento em pontos base	Efeitos No resultado
Dólares norte-americanos	**4,29%**	**(167)**

b) Risco de encargos de dívida: Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo Enel vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para minimizar esse risco, o Grupo Enel prioriza a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobras) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES). Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, os empréstimos indexados a taxas variáveis, tiveram suas taxas fixadas através de contrato de swap, para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. O ajuste a débito e a crédito dessa operação está registrado na demonstração do resultado. A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado do Grupo caso as variações nas taxas de juros de 2015 fossem iguais as esperadas para 2016, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&FBOVESPA:

	Consolidado		
		Efeitos	
31/12/2015	Aumento/ redução em pontos base	No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	**0,59%**	**(9.548)**	**(9.548)**
IPCA	**8,90%**	**(3.070)**	**(3.070)**
Total		**(12.618)**	**(12.618)**

c) Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pelas controladas como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, além da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração do Grupo, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber. d) Risco de vencimento antecipado: Algumas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente, e não limitam a capacidade de condução normal das operações. Atualmente, para os índices de covenants estabelecidos não atingidos pelo Grupo Enel, fopi obtida a carta de waiver junto aos respectivos bancos conforme divulgado na Nota 19. e) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento: Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições das companhias do Grupo, concessionárias e demais agentes do setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a controlada Ampla Energia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas. f) Gestão do risco de capital: O Grupo Enel administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 19 e 20, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados na Notas 5 e 6) e pelo patrimônio líquido do Grupo.

	Consolidado 31/12/2015	31/12/2014
Dívida	**3.115.045**	3.070.926
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	**(715.564)**	(1.094.384)
Dívida líquida (a)	**2.399.481**	1.976.542
Patrimônio líquido (b)	**7.542.555**	7.112.912
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	**24%**	22%

(a) A dívida líquida é representada pelo saldo total dos empréstimos e financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Vide maiores detalhes nas Notas 5, 6, 19 e 20. (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas constituídas pela Companhia. g) Risco de liquidez: A liquidez do Grupo Enel é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez. As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetados do Grupo Enel (inclui juros e principal):

	Consolidado Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2015						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	**7.320**	**12.448**	**55.089**	**213.881**	**54.416**	**343.154**
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	**63.732**	**36.411**	**280.599**	**1.985.543**	**71.984**	**2.438.269**
Debêntures	**22.852**	**–**	**495.462**	**1.380.667**	**–**	**1.898.981**
	93.904	**48.859**	**831.150**	**3.580.091**	**126.400**	**4.680.404**
31 de dezembro de 2014						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	6.765	14.118	61.517	263.033	89.265	434.698
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	10.219	37.003	168.788	1.216.925	40.516	1.473.451
Debêntures	17.112	–	228.709	1.739.708	–	1.985.529
	34.096	51.121	459.014	3.219.666	129.781	3.893.678

Em seguida, as tabelas apresentam os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de *hedge* que também estão contemplados nos fluxos de caixa das controladoras Ampla Energia, COELCE e CGTF:

	Consolidado Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2015					
NDF BRL x USD (CGTF)	**(117)**	**(2.456)**	**(2.327)**	**–**	**(4.900)**
Swaps de taxa de juros (Ampla Energia e COELCE)	**–**	**–**	**(7.743)**	**(1.632)**	**(9.375)**
	(117)	**(2.456)**	**(10.070)**	**(1.632)**	**(14.275)**
31 de dezembro de 2014					
Swaps de taxa de juros (Ampla Energia e COELCE)	**–**	**–**	**(8.586)**	**(3.032)**	**(11.618)**
	–	**–**	**(8.586)**	**(3.032)**	**(11.618)**

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, o Grupo utiliza como opção de curto prazo as contas garantidas que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição final dos exercícios de 2015 e 2014 quanto à utilização das contas:

Conta garantida	31/12/2015	31/12/2014
Contratada	**410.000**	485.000

Valorização dos instrumentos financeiros: Na determinação do valor justo dos empréstimos e financiamentos, a Administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas consideradas adequadas para realização de novas operações no mercado. Com relação ao valor justo das debêntures foram consideradas as cotações negociadas no mercado secundário. Valor justo hierárquico: Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: • Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo. • Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. • Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. Os saldos contábeis e valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia (individual e consolidado) em 31 de dezembro de 2015 e em 2014 são demonstrados abaixo:

			Controladora 31/12/2015		31/12/2014	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	**193.308**	**193.308**	236.156	236.156
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	**50.375**	**50.375**	72.351	72.351
Contas a receber	Valor justo por meio de resultado	2	**2.634**	**2.634**	**2.395**	**2.395**
Passivo						
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	2	**70.151**	**70.151**	14.081	14.081

			Consolidado 31/12/2015		31/12/2014	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	**509.396**	**509.396**	864.071	864.071
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	**206.168**	**206.168**	230.313	230.313
Cauções e depósitos	Empréstimos e recebíveis	2	**91.386**	**91.386**	82.372	82.372
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	Empréstimos e recebíveis	2	**2.012.178**	**2.012.178**	1.368.336	1.368.336
Intrumentos financeiros derivativos	Empréstimos e recebíveis	2	**10.453**	**10.453**	16.209	16.209
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	Empréstimos e recebíveis	2	**841.451**	**841.451**	722.198	722.198
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	**2.722.423**	**2.722.423**	2.125.968	2.125.968
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	**1.528.341**	**1.419.864**	1.489.316	1.473.502
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	**1.586.217**	**1.554.540**	1.590.379	1.592.056
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	**10.940**	**9.406**	7.440	7.034
Instrumentos financeiros derivativos (compra de gás)	Outros passivos financeiros	2	**4.712**	**4.712**	–	–
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	**1.665.365**	**1.665.365**	1.384.819	1.384.819

Os valores da curva e de mercado do instrumento derivativo (*swap*) de 31 de dezembro de 2015 são como segue:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado (contábil)	Diferença
COELCE			
Swap DI x PRÉ 08.11.12 HSBC Bank Brasil S.A.	**598**	**3.156**	**2.558**
Ampla Energia			
Swap DI x PRÉ 03.09.12 HSBC Bank Brasil S.A.	**205**	**5.591**	**5.386**
Swap DI x PRÉ 08.11.12 HSBC Bank Brasil S.A.	**135**	**1.706**	**1.571**
CGTF			
NDF BRL x USD Itaú	**(4.900)**	**(4.712)**	**188**
Total	**(3.962)**	**5.741**	**9.703**

A estimativa do valor de mercado das operações de *swaps* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as controladas da Companhia detinham operações de *swap*, conforme demonstrado abaixo:

COELCE

Contraparte	Data do contrato	Data de vencimento	Posição	Valores de referência 31/12/2015	31/12/2014
HSBC Bank Brasil S.A.	08/11/2012	17/10/2016	CDI + 0,97% a.a. 9,43%	**(3.156)**	(5.569)

Ampla Energia

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência Moeda local 31/12/2015	31/12/2014
HSBC Bank Brasil S.A.	03/09/2012	16/06/2017	CDI + 1,02% a.a. 10,05% a.a.	**(5.591)**	(6.235)
HSBC Bank Brasil S.A.	08/11/2012	16/06/2016	CDI + 1,20% a.a. 9,59% a.a.	**(1.706)**	(4.405)

CGTF

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de referência Moeda estrangeira 31/12/15	Moeda local 31/12/15	Valor justo 31/12/15	Efeito acumulado até 31/12/2015 Valor a receber ou recebido	Valor a pagar ou pago
NDFs									
(+) Ativo				USD			**R$17.358**	**–**	**–**
(-) Passivo	Itaú	18/09/15	22/01/16	BRL	USD 4.360	R$17.016	**R$17.473**	**–**	**–**
(=) Ajuste							**(R$115)**	**–**	**(R$115)**
(+) Ativo				USD			**R$18.325**	**–**	**–**
(-) Passivo	Itaú	28/09/15	22/02/16	BRL	USD 4.654	R$18.162	**R$19.548**	**–**	**–**
(=) Ajuste							**(R$1.223)**	**–**	**(R$1.223)**
(+) Ativo				USD			**R$17.067**	**–**	**–**
(-) Passivo	Itaú	28/09/15	22/03/16	BRL	USD 4.353	R$16.990	**R$18.229**	**–**	**–**
(=) Ajuste							**(R$1.162)**	**–**	**(R$1.162)**
(+) Ativo				USD			**R$18.166**	**–**	**–**
(-) Passivo	Itaú	28/09/15	22/04/16	BRL	USD 4,654	R$18.162	**R$19.432**	**–**	**–**
(=) Ajuste							**(R$1.266)**	**–**	**(R$1.266)**
(+) Ativo				USD			**R$12.184**	**–**	**–**
(-) Passivo	Itaú	28/09/15	22/05/16	BRL	USD 3.152	R$12.303	**R$13.130**	**–**	**–**
(=) Ajuste							**(R$946)**	**–**	**(R$946)**

continua

continuação

ENEL BRASIL S.A. (Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.) - CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

22. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
ICMS	–	3	**249.977**	67.091
Imposto de Renda e Contribuição Social	**3.804**	3.129	**159.687**	33.702
Imposto Sobre Serviços - ISS	**94**	105	**4.766**	4.402
Programa de Integração Social - PIS	**123**	20	**13.849**	5.933
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	**746**	127	**64.859**	27.568
PIS/COFINS/IRRF/CSRF (retido na fonte)	–	–	**4.344**	3.243
Contribuições sociais	–	–	**9.024**	4.292
Outros tributos e contribuições	**18.963**	2.732	**59.059**	27.174
Total	**23.730**	6.116	**565.565**	173.405

23. Partes relacionadas: A Companhia e suas controladas mantêm operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

			Controladora							
			31/12/2015				31/12/2014			
Empresas	Ref.	Natureza da operação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo Circulante (*)	Receita (despesa)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo Circulante (*)	Receita (despesa)
CIEN - Companhia de Interconexão Energia	(b)	Mútuo	**290.578**	–	–	**42.960**	290.578	–	–	33.089
Companhia Energética do Ceará - COELCE		Mútuo	–	–	–	–	–	–	–	785
CTM	(c)	Mútuo	–	**35.268**	–	**12.187**	–	15.965	–	3.444
TESA	(c)	Mútuo	–	**32.507**	–	**11.364**	–	9.540	–	2.063
Ampla Energia		Mútuo	–	**878.138**	**8.593**	**56.315**	–	–	–	–
Fazenda Nova	(e)	Conta corrente	**2.634**	–	–	–	2.395	–	–	–
EN Brasil - Comércio e Serviço S.A. (Prátil)		Prestação de serviço	–	–	–	–	–	–	451	(461)
Enel S.p.A.	(g)	Conta corrente	–	–	**63.412**	**(63.412)**	–	–	–	–
Enel Energy Europe		Prestação de serviço	–	–	**2.143**	**(2.143)**	–	–	76	(39)
Enel Green Power		Prestação de serviço	–	–	**107**	**(107)**	–	–	2.417	(630)
			293.212	**945.913**	**74.255**	**57.164**	292.973	25.505	2.944	38.251

* Esses valores são classificados como outras obrigações e fornecedores (vide Nota 18)

			Consolidado										
			31/12/2015						31/12/2014				
Empresas	Ref.	Natureza da operação	Ativo circulante	Ativo não circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante (*)	Receita (despesa)	Intangível	Ativo não circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante (*)	Receita (despesa)	Intangível
Fundação COELCE de Seguridade Social - FAELCE	(a.1)	Confissão de dívida	–	–	–	–	–	–	–	770	–	–	–
Fundação Brasiletros	(a.2)	Plano de pensão	–	–	**2.040**	**85.396**	**(8.882)**	**431**	–	–	90.312	(2.719)	406
CEMSA - Comercializadora del Mercosulr S.A.	(d)	Transporte de energia	–	**92.252**	–	**491.635**	**(44.757)**	–	–	–	445.033	(47.753)	–
Endesa Costanera S.A.	(d)	Transporte de energia	–	**34.855**	–	**93.270**	**4.604**	–	86.686	–	86.182	20.527	–
Enel Energy Europe	(f)	Prestação de serviço	–	–	**2.143**	**34.594**	**1.855**	–	33.011	–	32.324	7.557	–
Enel Ingegneria e Innovazione		Prestação de serviço	–	–	–	–	**(2.143)**	–	–	2.894	–	(3.718)	–
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.		Prestação de serviço	–	–	–	–	–	–	–	2.417	–	(630)	–
Enel S.p.A.	(g)	Prestação de serviço	–	–	**67.060**	–	**(67.060)**	–	–	1.597	–	–	–
EGP – Joana Eólica		Transporte de energia	**3**	–	–	–	**37**	–	–	–	–	–	–
EGP – Modelo I Eólica		Transporte de energia	**3**	–	–	–	**36**	–	–	–	–	–	–
EGP – Modelo II Eólica		Transporte de energia	**3**	–	–	–	**32**	–	–	–	–	–	–
EGP – Primavera Eólica		Transporte de energia	**2**	–	–	–	**28**	–	–	–	–	–	–
EGP – São Judas Eólica		Transporte de energia	**2**	–	–	–	**27**	–	–	–	–	–	–
EGP – Cristal Eólica		Transporte de energia	**2**	–	–	–	**28**	–	–	–	–	–	–
EGP – Emiliana Eólica		Transporte de energia	**3**	–	–	–	**40**	–	–	–	–	–	–
EGP – Pau Ferro Eólica		Transporte de energia	**2**	–	–	–	**18**	–	–	–	–	–	–
EGP – Pedra do Gerônimo Eólica		Transporte de energia	**2**	–	–	–	**18**	–	–	–	–	–	–
EGP – Tacaicó Eólica		Transporte de energia	**2**	–	–	–	**11**	–	–	–	–	–	–
EGP – Suluções Energéticas		Transporte de energia	–	–	–	–	**2**	–	–	–	–	–	–
EGP – Maniçoba Eólica		Transporte de energia	**3**	–	–	–	**14**	–	–	–	–	–	–
EGP – Esperaça Eólica		Transporte de energia	**3**	–	–	–	**13**	–	–	–	–	–	–
EGP – Damascena Eólica		Transporte de energia	**3**	–	–	–	**14**	–	–	–	–	–	–
Enel Green Power Participações Ltda.	(g)	Prestação de serviços	**168**	–	**7.886**	–	**(71.007)**	–	–	–	–	–	–
			201	**127.107**	**79.129**	**704.895**	**(187.072)**	**431**	119.697	7.678	653.851	(26.736)	406
Total plano de pensão		Plano de pensão	–	–	**(2.040)**	**(577.031)**	–	–	–	(770)	(535.345)	–	–
Partes relacionadas			**201**	**127.107**	**77.089**	**127.864**	**(187.072)**	**431**	119.697	6.908	118.506	(26.736)	406

* Esses valores são classificados como contas a receber (vide Nota 7), fornecedores (vide Nota 18), obrigações com benefício pós-emprego (vide Nota 25).

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir: a) Obrigações com plano de pensão: *a.1) Plano de Pensão - FAELCE:* A controlada COELCE, como mantenedora da FAELCE, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira da FAELCE e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como "Benefício Definido" e "Contribuição Definida". Para maiores detalhes, vide Nota 25. a.2) *Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS:* A controlada Ampla Energia, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da controlada, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável). Para maiores detalhes, vide Nota 25. b) CIEN: A Companhia possui empréstimos com a sua controlada CIEN no montante total atualizado de R$290.578 (R$290.578 em 2014). Os empréstimos são indexados pela variação do CDI, acrescidos de juros de 2,40% a.a. e 0,67% a.a. c) CTM e TESA: Os mútuos com a CTM e TESA são em dólares norte-americanos e possuem encargos financeiros indexados a taxa Libor, com spread médio de 3,00% a.a.. d) CEMSA - Comercializadora del Mercosur S.A. e Enel Costanera S.A.: O saldo a pagar à CEMSA e Costanera no montante de R$127.864 em 31 de dezembro de 2015 (R$118.506 em 2014) originou-se em virtude da compra de energia para revenda no mercado brasileiro em anos anteriores. Os saldos são atualizados, em uma base mensal, incluindo as variações cambiais, uma vez que o contrato foi firmado em dólares norte-americanos. e) Fazenda Nova: A Companhia mantém um conta corrente com a controlada Eólica Fazenda Nova referente a despesas realizadas por esta, a qual se encontra em fase pré-operacional. Esse conta corrente totalizou um montante de R$2.634 no ativo em 31 de dezembro de 2015 (R$2.395 em 2014). f) Enel Energy Europe: A Companhia mantém contrato com a Enel Energy referente a serviços de licenciamento, implementação e manutenção de software. Esse contrato totalizou um montante de R$2.143 como custo de serviço no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R$3.718 no exercício findo em 31 de dezembro em 2014), e o correspondente passivo de R$2.143 em 31 de dezembro de 2015 (R$2.894 em 2014). g) Enel S.p.A.: A Companhia mantém contrato com a Enel S.p.A. referente a prestações de serviços relativos à tecnologia, estruturais e de disponibilização de recursos humanos. **Remuneração da Administração:** A remuneração total dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R$14.330 (R$12.468 em 2014), as quais são benefícios de curto prazo. A remuneração dos administradores somada às remunerações pelas controladas, no exercício de 2015 foi de R$50.522 (R$38.217 em 2014). **24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável para o Grupo. **a) Provisões com risco provável.** Segue abaixo quadro demonstrando a movimentação das provisões para contingências nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora			
Descrição	31/12/2014	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2015
Trabalhistas (i)	143	**16**	**–**	**159**
Cíveis (ii)	122	**(66)**	**(50)**	**6**
Fiscais	69	**639**	**–**	**708**
Total	334	**589**	**(50)**	**873**

	Consolidado					
Descrição	31/12/2014	Adições	Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2015
Trabalhistas (i)	190.935	**34.445**	**(26.351)**	**40.585**	**(17.697)**	**221.917**
Cíveis (ii)	313.126	**122.190**	**(68.071)**	**100.534**	**(85.881)**	**381.898**
Fiscais (iii)	31.948	**–**	**–**	**2.680**	**(610)**	**34.018**
Regulatórias (iv)	127.887	**7.326**	**(2.243)**	**2.529**	**(38.573)**	**96.926**
Ambientais (v)	3.000	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.000**
Total	666.896	**163.961**	**(96.665)**	**146.328**	**(142.761)**	**737.759**

(i) Riscos trabalhistas. Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros: danos morais, reintegração ao trabalho, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e diferenças salariais. Além disso, existem ações relativas a empregados de empresas terceirizadas que questionam o vínculo empregatício com as controladas bem como equiparação em direitos aos empregados desta. (ii) Riscos cíveis. Engloba processos de natureza cível, inclusive consumeirista, nos quais as controladas são ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de indenização por acidentes com energia elétrica, ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais. O restante do valor constante na provisão subdivide-se em ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento, cobrança indevida de valores e outros de natureza consumeirista. (iii) Riscos fiscais. *Controlada Ampla Energia.* Os principais riscos fiscais aos quais a controlada está exposta são: O Estado do Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 de R$12.326 (R$11.694 em 2014). Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a novembro de 1998 e novembro de 1998 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. Encontra-se provisionado pelo valor de R$4.991 (R$4.771 em 2014). (iv) Riscos regulatórios. *Controlada Ampla Energia.* O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão. Inicialmente, o órgão regulador notifica a empresa a respeito das não conformidades que forem constatadas. A empresa notificada terá, então, 15 dias para sua manifestação. Posteriormente, caso se confirme a irregularidade, é emitido auto de infração aplicando penalidade às não conformidades. A empresa terá, então, prazo de 10 dias para interposição de seu recurso. Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento. *Controlada COELCE.* Referem-se aos montantes relacionados às multas ARCE (Penalidades regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL). (v) Contingências ambientais. *Controlada CDSA.* A provisão constituída no montante de R$3.000 refere-se à ação judicial ambiental movida em 2001 pelo Ministério Público do Estado de Goiás, em trâmite na Comarca de Cachoeira Dourada, contra a controlada, por alegados danos supostamente causados pela instalação da barragem onde foi construída a usina hidroelétrica de Cachoeira Dourada. Foi proferida decisão favorável à controlada em primeira instância, que foi reformada pelo Tribunal de Justiça, o qual determinou a realização de perícia para apuração de eventuais danos. A controlada interpôs recurso especial contra a decisão. Os assessores jurídicos, conservadoramente, opinaram pela constituição de provisão, à vista do caso específico, e levando em conta a experiência profissional em casos assemelhados envolvendo danos ambientais com solução negociada junto ao Ministério Público. **b) Contingências com risco possível.** O Grupo Enel possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, as quais totalizam aproximadamente R$4.606.082 em 31 de dezembro de 2015 (R$4.310.892 em 2014). (i) Riscos trabalhistas. As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, reintegração, responsabilidade subsidiária e solidária, diferenças salariais, verbas rescisórias, dano moral e material, acidente de trabalho, etc. (ii) Riscos cíveis. A situação jurídica das controladas engloba processos de natureza cível, nos quais a é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais. *Controlada CIEN. Tractebel.* A Tractebel ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento, pela controlada CIEN, do "Contrato de Compra e Venda de 300MW de Potência firme e energia associada proveniente da Argentina" firmado em 20 de outubro de 1999, entre a controlada CIEN e Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul) sendo a Tractebel a sua sucessora. Na ação, a Tractebel pede a condenação da controlada CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante histórico estimado de R$117 milhões, além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de "potência firme e energia associada", cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, a Tractebel ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a controlada CIEN, e seus clientes, incluída a própria Tractebel, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da controlada CIEN e fora de seu controle. A controlada CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestação das partes, o processo foi encaminhado para análise do juiz. O processo se encontra suspenso até o desfecho de outra ação judicial envolvendo as partes, que tem objeto prejudicial ao desenvolvimento dessa. *Furnas.* Furnas ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela controlada CIEN do "Contrato de Potência Firme com Energia Associada", celebrado em 5 de maio de 1998, para aquisição de 700 MW provenientes da Argentina. Na ação, Furnas pede a condenação da controlada CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante histórico estimado de R$520 milhões e pagamento de ressarcimento e penalidades cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, Furnas ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a controlada CIEN, e seus clientes, incluída a própria Furnas, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da controlada CIEN e fora de seu controle. A controlada CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. O processo foi julgado improcedente em relação a todos os pedidos feitos por Furnas. No prazo para apresentação de Apelação, foi apresentada petição por Furnas, a qual encontra-se com o juiz. A controlada CIEN ainda não teve acesso ao teor da referida mencionada petição. (iii) Riscos fiscais. *Enel Brasil. Auto de infração de IR.* Em 2014 a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração para cobrança de IR sobre dividendos supostamente distribuídos a maior do que o devido nos anos de 2009 e 2010. A Companhia apresentou impugnação e aguarda decisão de primeira instância administrativa. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2015, é de R$233.300 (R$212.334 em 2014). *Autos de Infração PIS/Cofins.* Em 2006 a Secretaria da Receita Federal lavrou dois autos de infração para a cobrança de PIS e Cofins sobre juros sobre capital próprio e outras receitas financeiras, auferidas no período de 2001 a 2005. Em primeira instância administrativa os autos de infração foram julgados parcialmente procedentes, improcedentes no que se refere às receitas financeiras. Diante dos fatos e da jurisprudência administrativa, a empresa em agosto de 2014 efetuou o pagamento da parcela considerada como perda provável (valores relativos ao PIS e à Cofins incidentes sobre os juros sobre capital próprio) correspondente ao valor exigido no âmbito do REFIS, em conformidade com a Lei nº 12.996/14. A parcela remanescente dos autos de infração foi considerada com probabilidade de perda possível, corresponde a R$21.756 para a Cofins (R$19.425 em 2014) e R$3.080 para o PIS (R$2.750 em 2014), este sobre receitas financeiras auferidas durante a vigência da Lei nº 9.718/98 e após a vigência do Decreto nº 5.164/2004. *Controlada COELCE.* Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão. *ICMS.* No âmbito estadual, a controlada discute diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R$333.750 em 31 de dezembro de 2015 (R$307.636 em 2014) e tratam de: regime especial originado do termo de acordo 035/91; base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; transferência de créditos; cancelamento de faturas; estorno de crédito – consumidor baixa renda; imposto em determinadas operações; energia adquirida para consumo próprio e diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. *ISS.* No âmbito municipal, a controlada possui processos judiciais e administrativos com o Município de Fortaleza referentes ao ISS que totalizam o montante de R$35.685 em 31 de dezembro de 2015 (R$50.792 em 2014) e tratam de: serviços acessórios; locação de bens móveis; retenção na fonte e serviços prestados em outros Municípios. E com o Município de Iguatu execução fiscal no valor de R$3.370 em 31 de dezembro de 2015 (R$3.083 em 2014). *Controlada Ampla Energia. Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN).* Auto de infração de 2005 lavrado pela Secretaria da Receita Federal em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela controlada em 1998. Na presente data a controlada segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R$1.127.837 (R$1.068.018 em 2014). *COFINS.* Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de suposta falta de pagamento no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2015, é de R$149.174 (R$142.141 em 2014). *ICMS - Prazo de recolhimento.* A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou em 2005 auto de infração em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Decreto 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Na presente data a controlada segue discutindo o tema através de ações judiciais. O valor envolvido nestes processos, atualizados em 31 de dezembro de 2015, é de R$284.798 (R$268.912 em 2014). *ICMS - Diversos temas.* No âmbito estadual, a controlada discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R$187.062 em 31 de dezembro de 2015 (R$199.158 em 2014), e tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; (iv) saídas de bens sem a tributação; e (v) comparação entre informes gerenciais e livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; *Temas municipais.* No âmbito municipal, a controlada discute com os Municípios de Niterói, Rio Bonito e Rio das Ostras, temas referentes à Taxa de Uso de Solo e com o Município de Niterói referente à Taxa de empachamento, juntos somam o valor de R$35.485 em 31 de dezembro de 2015. Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, no montante de R$10.830 e R$1.887, respectivamente, em 31 de dezembro de 2015 (R$10.296 e R$1.739 em 2014, respectivamente). A controlada, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2015 de R$10.144 (R$6.955 em 2014). *Controlada CDSA. Contribuição social sobre o lucro - compensação de saldo de base negativa.* A Receita Federal do Brasil autuou a controlada em função da compensação dos saldos de base de cálculo negativa apurados nos anos-base de 1998 e 1999. A controlada ajuizou ação declaratória, com pedido de depósito do valor integral do débito, para discutir judicialmente a matéria e aguarda o julgamento de seu recurso. O valor atualizado do processo em dezembro de 2015 é de R$17.931 (R$17.182 em 2014). A controlada, além do processo acima descrito, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas fiscais no valor total de R$764 em 31 de dezembro de 2015 (R$747 em 2014). *Controlada CGTF. PIS e COFINS.* A controlada foi autuada pela Receita Federal do Brasil por divergências entre os montantes de PIS e COFINS declarados e os montantes escriturados nos períodos de novembro de 2003 e de fevereiro a novembro de 2004. A controlada aguarda o julgamento de seu recurso pelo CARF. O valor atualizado do auto de infração é de R$75.491 em 31 dezembro 2015 (R$71.205 em 2014). *Controlada CIEN. PIS/COFINS.* A Fazenda Nacional ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança de débitos de PIS e COFINS, nos valores atualizados de R$7.697 em 31 de dezembro de 2015 (R$5.108 em 2014). A controlada aguarda o julgamento dos recursos apresentados. *IRPJ/CSLL.* A Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração, em 29 de dezembro de 2008, para cobrar débitos de IRPJ e CSLL referentes a pagamento a menor durante o ano de 2003. A controlada pagou parcialmente o Auto e impugnou parcela relativa à cobrança de multa isolada no mês de dezembro de 2003. O montante impugnado atualizado é de R$10.130 em 31 de dezembro de 2015 (R$7.209 em 2014). **c) Ativo contingente.** *Controlada Ampla Energia.* No âmbito de ação rescisória apresentada pela Fazenda Pública, foi confirmada em março de 2010 a decisão transitada em julgado em Mandado de Segurança que reconheceu a imunidade da controlada Ampla quanto à COFINS até o ano de 2001. A controlada Ampla pleiteia a restituição dos valores pagos em ação específica. A probabilidade de perda é remota, já que o objeto único do processo é a restituição dos valores pagos indevidamente (assim reconhecido por força da imunidade posteriormente declarada), não havendo nada mais que possa representar obstáculo ao direito da controlada Ampla à restituição. O valor atualizado do processo em 31 dezembro de 2015 é de R$166.758 (R$161.686 em 2014). **Depósitos judiciais.** O Grupo possui alguns depósitos vinculados à ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	**135**	135	**197.135**	169.315
Cíveis	**–**	–	**68.312**	54.511
Físcais	**–**	–	**28.934**	37.894
Total	**135**	135	**294.381**	261.720

25. Patrimônio líquido. a) Capital social. As ações subscritas e integralizadas em 31 de dezembro de 2015 está sendo representada por 178.692.925 ações ordinárias sem valor nominal (178.692.925 em 2014). A distribuição da participação dos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é a seguinte:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital
Empresa Nacional de Electricidad S.A.	**60.299.607**	**33,75**	60.299.607	33,75
Enersis S.A.	**87.200.363**	**48,80**	87.200.363	48,80
Chilectra S.A.	**9.275.291**	**5,19**	9.275.291	5,19
Chilectra Inversud S.A.	**10.342.306**	**5,79**	10.342.306	5,79
Edegel S.A.	**6.957.053**	**3,89**	6.957.053	3,89
	174.074.620	**97,42**	174.074.620	97,42
Ações em tesouraria	**4.618.298**	**2,58**	4.618.298	2,58
Conselheiros	**7**	**–**	7	–
Outros	**4.618.305**	**2,58**	4.618.305	2,58
Total	**178.692.925**	**100,00**	178.692.925	100,00

b) Reserva legal. O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. A partir de 2012, a Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei nº 6.404/76 uma vez que a soma da sua reserva de capital mais a reserva legal excedeu a 30% do capital social. c) Reforço de capital de giro. Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o lucro remanescente após distribuição de dividendos será destinada a formação da reserva de reforço para capital de giro, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, conforme proposta do Conselho de Administração. O montante total de reforço de capital de giro não poderá exceder o valor do capital social subscrito. Conforme apresentado na nota abaixo, em 31 de dezembro de 2015 a Companhia destinou o valor de R$341.059 (R$506.679 em 2014) para constituição da reserva de capital de giro. d) Dividendos. De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta.

	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	**455.805**
(+) Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	**24.866**
(+) Dividendos prescritos	**242**
Lucro ajustado	**480.913**
(-) Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**120.228**
	360.685
Perda atuarial	**(19.626)**
Reserva de lucro - reserva reforço de capital de giro	**341.059**

Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2015, o saldo de dividendos no montante de R$175.759, referentes ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 seria liquidado até 31 de dezembro de 2015. Em 30 de dezembro de 2015 os acionistas emitiram, individualmente, carta de anuência a Companhia autorizando a postergação do pagamento do correspondente dividendo até dezembro de 2017, a fim de reforçar sua liquidez. e) Reserva de capital. Em 2005, os acionistas aumentaram o capital da Companhia através do aporte dos investimentos nas atuais controladas. Esses aumentos de capital foram segregados em capital integralizado e reserva de capital - Ágio pelo valor que excedia o valor atribuído ao capital. f) Outros resultados abrangentes. f.1) *Outros resultados abrangentes - ganhos e perdas atuariais.* Em conformidade com o CPC 33 que determina que os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu o saldo líquido de ganhos atuariais na rubrica de outros resultados abrangentes no valor de R$41.908 (R$42.073 em 2014). f.2) *Outros resultados abrangentes - efeitos de variação cambial sobre controladas no exterior.* Em conformidade como CPC 02 que determina que os efeitos de variações cambiais sobre investimentos no exterior sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o valor de R$42.302 (R$2.089 em 2014), decorrente da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior, Compañia de Transmisión Del Mercosur S.A. - CTM e Transportadora de Energía S.A. - TESA. f.3) *Outros resultados abrangentes - ganho e perdas sobre hedge de fluxo de caixa* Em conformidade com o CPC 38 que determina que a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros

continua

continuação

ENEL BRASIL S.A. (Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.) - CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio em outros resultados abragentes, a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro 2015 o valor líquido de R$7.441 (R$1.953 em 2014) na rubrica de outros resultados abrangentes. g) Excesso das reservas de lucros. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo acumulado das reservas de lucros está superior ao capital social. A Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada em abril de 2016, irá deliberar sobre a aplicação do excesso destas reservas, de forma a atender ao previsto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações. **26. Compromissos.** Os principais compromissos do Grupo relacionados a contrato de longo prazo, são como segue: **Controlada COELCE.** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R$2.315.471 em 2016, R$2.462.972 em 2017, R$2.661.669 em 2018 e R$62.541.029 após 2018. Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2015 que foram homologados pela ANEEL. **Controlada Ampla Energia.** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R$2.318.300 em 2016, R$2.330.151 em 2017, R$2.533.185 em 2018 e R$48.980.760 após 2019. Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2015 que foram homologados pela ANEEL. **Controlada CDSA.** A controlada CDSA mantém compromissos de suprimento de energia firmados com clientes livres e distribuidoras, através dos CCEARs (contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado).

	2016	2017	2018	2019	2020
Receita bruta	**573.448**	**548.335**	**724.133**	**725.097**	**752.220**

27. Obrigações com benefícios pós-emprego. Controlada Ampla Energia. A controlada Ampla Energia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da controlada Ampla Energia, e um na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante. Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2015, no montante de R$491.635 (R$455.033 em 2014), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios, em atendimento ao CPC 33 R1. Os planos administrados pela controlada Ampla Energia têm as seguintes principais características: a) Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA (Benefício Definido). *Patrocinadora.* O plano BD está estruturado sob o regime financeiro de capitalização para aposentadorias, pensões e benefícios. As contribuições ao plano são determinadas com base em avaliação atuarial, preparada por atuários independentes, de acordo com as regras aplicadas no Brasil. *Participantes ativos.* Em 31 de dezembro de 2015, há apenas dois participantes ativos, empregados pela Companhia. *Participantes assistidos.* Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos. A controlada Ampla Energia reconheceu inicialmente, em 31 de dezembro de 2001, o déficit atuarial, no montante de R$118.221 apresentado no plano de complementação de aposentadoria (PCA), em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O referido déficit foi suportado por contrato celebrado em 1º de janeiro de 2002, com a BRASILETROS, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 6% ao ano, acrescido da variação ocorrida no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC. b) Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV (Contribuição Definida). *Patrocinadora.* Contribui com 5,85% da folha de salários dos participantes ativos, dos quais 4,43% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,42% utilizados para cobertura das despesas administrativas. *Participantes ativos.* Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 5,08% da folha de salários dos participantes ativos do PACV. c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA). A controlada Ampla Energia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da empresa até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela empresa e pelo usuário em regime pré-pago. O plano é administrado pela Unimed Leste Fluminense e é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela ANS. O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice: • Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custeio cobrado de funcionário é determinado pela empresa em função de tabela contendo 3 faixas etárias, cobrado por grupo familiar ou agregados. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei 9.656. • Aposentados Lei 9.656 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, sendo as contribuições per capita estruturadas por faixa etária. • Aposentados PDI - grupo de aposentados e seus dependentes que gozam do benefício de permanência no plano, sendo seu custeio determinado de acordo com as mesmas regras aplicadas aos empregados, ou seja, tabela de contribuições contendo 3 faixas etárias, cobrados por grupo familiar ou agregado no plano. d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria. A controlada Ampla Energia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria. Terão direito o benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na controlada Ampla Energia. **Controlada COELCE.** A controlada COELCE é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação COELCE de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano BD), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da controlada COELCE, e um na modalidade de contribuição definida (Plano CD), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante. Os planos administrados pela controlada têm as seguintes principais características: a) Plano de Contribuição Definida (CD). Para o Plano CD a controlada contribui mensalmente com o mesmo valor que o participante efetua. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas "em cascata". b) Plano de Benefício Definido (BD). O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios. *Patrocinadora.* O plano BD está estruturado sob o regime financeiro de capitalização para aposentadorias, pensões e benefícios. As contribuições ao plano são determinadas com base em avaliação atuarial, preparada por atuários independentes, de acordo com as regras aplicadas no Brasil. *Participantes ativos.* Em 31 de dezembro de 2015 há aproximadamente 270 funcionários ativos, empregados pela Companhia. *Participantes assistidos.* Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos. Os benefícios do plano compreendem: • Complementação de aposentadoria por invalidez. • Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição. • Complementação de aposentadoria por idade. • Complementação de aposentadoria especial. • Complementação de auxílio reclusão. • Complementação de pensão por morte. • Complementação de abono anual. O cálculo matemático relativo aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões do Plano BD adota o método da unidade de crédito projetada. c) Plano de Assistência Médica. O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agencia Nacional de saúde suplementar - ANS. O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice: • Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano, é parcialmente coberto pela empresa, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei 9.656. • Aposentados Lei 9.656 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano. • Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela empresa (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo. d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria. Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Atualmente, os planos BD e CD da controlada COELCE apresentaram um superávit atuarial total de R$123.077 em 31 de dezembro de 2015 (R$147.258 em 2014). O superávit atuarial não é reconhecido contabilmente, pois de acordo com as regras do Conselho Nacional da Previdência Complementar (CNPC) – Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC 09/2012, eventual benefício econômico para a patrocinadora, somente poderá ser requerido se a reserva de contingência estiver reconhecida pelo seu percentual máximo, que é 25% das reservas matemáticas, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do plano em função da volatilidade destas obrigações. Somente a partir deste limite, o superávit poderá vir a ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora. Para a controlada COELCE, esta relação estava abaixo de 5% em 31 de dezembro de 2015. Já para os planos de assistência médica e FGTS para o ano de 2015 apresentaram um passivo total de R$87.436 (R$91.082 em 2014).

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação.

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	**1.021.198**	933.485	**904.974**	817.861	**1.926.172**	1.751.346
Custo dos serviços correntes	**1.837**	1.231	**3.038**	(424)	**4.875**	807
Custo dos juros	**121.575**	109.714	**108.390**	97.120	**229.965**	206.834
Contribuições de participantes do plano	**22**	29	**2.287**	2.089	**2.309**	2.118
Benefícios pagos pelo plano	**(97.301)**	(88.353)	**(70.087)**	(60.038)	**(167.388)**	(148.391)
Ganhos (perdas) atuariais sobre a obrigação atuarial	**(18.327)**	65.092	**(54.902)**	48.366	**(73.229)**	113.458
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	**1.029.004**	1.021.198	**893.700**	904.974	**1.922.704**	1.926.172

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**646.407**	540.146	**961.150**	910.871	**1.607.557**	1.451.017
Retorno esperado dos ativos do plano	**78.655**	63.192	**117.105**	110.589	**195.760**	173.781
Contribuições recebidas de participantes do plano	**22**	29	**2.287**	2.089	**2.309**	2.118
Contribuições recebidas do empregador	**61.967**	48.820	**16.091**	25.395	**78.058**	74.215
Benefícios pagos pelo plano	**(97.301)**	(88.352)	**(70.087)**	(60.038)	**(167.388)**	(148.390)
Ganhos (perdas) atuariais sobre os ativos do plano	**(33.093)**	82.572	**(97.205)**	(27.756)	**(130.298)**	54.816
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	**656.657**	646.407	**929.341**	961.150	**1.585.998**	1.607.557

Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Valor presente das obrigações atuariais	**(1.029.004)**	(1.021.198)	**(893.700)**	(904.974)	**(1.922.704)**	(1.926.172)
Valor justo dos ativos	**656.657**	646.407	**929.341**	961.150	**1.585.998**	1.607.557
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	**(372.347)**	(374.791)	**35.641**	56.176	**(336.706)**	(318.615)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	**–**	–	**(123.077)**	(147.258)	**(123.077)**	(147.258)
Ativo/(passivo atuarial líquido) (*)	**(372.347)**	(374.791)	**(87.436)**	(91.082)	**(459.783)**	(465.873)
Dívida contratada	**(119.288)**	(70.242)	**–**	–	**(119.288)**	(70.242)
Ativo/(passivo atuarial líquido apurado)	**(491.635)**	(445.033)	**(87.436)**	(91.082)	**(579.071)**	(536.115)
Circulante	**–**	–	**(2.040)**	(770)	**(2.040)**	(770)
Não circulante	**(491.635)**	(445.033)	**(85.396)**	90.312	**(577.031)**	535.345

(*) O valor referente a controlada Ampla Energia contempla o saldo da dívida contratado

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Custo do serviço corrente bruto	**1.859**	1.260	**5.325**	1.665	**7.184**	2.925
Contribuições de participante	**(22)**	(29)	**(2.287)**	(2.089)	**(2.309)**	(2.118)
Custo do serviço líquido	**1.837**	1.231	**3.038**	(424)	**4.875**	807
Juros líquidos sobre benefício definido passivo/ (ativo)	**42.920**	46.522	**9.722**	8.587	**52.642**	55.109
Total reconhecido na DRE	**44.757**	47.753	**12.760**	8.163	**57.517**	55.916

Valor que cada categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Renda fixa	**416.343**	400.662	**757.386**	779.064	**1.173.729**	1.179.726
Renda variável	**131.822**	134.592	**64.446**	70.244	**196.268**	204.836
Investimentos imobiliários	**94.992**	92.341	**91.333**	90.071	**186.325**	182.412
Outros	**13.500**	18.812	**16.176**	21.771	**29.676**	40.582
Total do valor justo dos ativos do plano	**656.657**	646.407	**929.341**	961.150	**1.585.998**	1.607.556

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
(Ganho)/Perda atuarial sobre as obrigações	**(18.327)**	65.092	**(54.902)**	48.366	**(73.229)**	113.458
(Ganho)/Perda atuarial sobre os ativos do plano	**33.093**	(82.572)	**97.205**	27.756	**130.298**	(54.816)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	**–**	–	**(42.617)**	(52.313)	**(42.617)**	(52.313)
Variação no ajuste para reconhecimento de dívida	**49.045**	70.242	**–**	(12.824)	**49.045**	57.418
Montante reconhecido no exercício em outros resultados abrangentes	**63.811**	52.762	**(314)**	10.985	**63.497**	63.747

Retorno real dos ativos dos planos

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Retorno esperado sobre os ativos do plano	**78.655**	63.192	**117.105**	110.589	**195.760**	173.781
Ganho (perda) atuarial sobre os ativos do plano	**(33.093)**	82.572	**(97.205)**	(27.756)	**(130.298)**	54.816
Retorno real sobre os ativos dos planos	**45.562**	145.764	**19.900**	82.833	**65.462**	228.597

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do efeito de teto de ativo de benefício definido

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	**70.242**	–	**147.258**	190.339	**217.500**	190.339
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	**–**	–	**18.436**	22.056	**18.436**	22.056
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	**49.046**	70.242	**(42.617)**	(65.137)	**6.429**	5.105
Efeito do teto de ativo não reconhecido ao final do exercício	**119.288**	70.242	**123.077**	147.258	**242.365**	217.500

As controladas registram despesas com plano de contribuição definida o montante de R$4.597 em 2015 (R$7.442 em 2014). **Premissas biométricas adotadas.** As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo estão demonstradas a seguir, em valores nominais:

	Ampla Energia				COELCE			
Principais premissas atuariais	**PCA**	**PACV**	**PAMA**	**FGTS**	**BD**	**CD**	**Plano de saúde**	**FGTS**
Taxa de desconto	14,18%	14,18%	14,18%	14,21%	14,18%	14,21%	14,16%	14,02%
Taxa do rendimento esperado dos ativos	14,18%	14,18%	N/A	N/A	14,18%	14,21%	N/A	N/A
Taxa do crescimento salarial	9,69%	9,69%	N/A	9,69%	9,69%	9,69%	N/A	9,69%
Taxa de inflação esperada	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%	6,50%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	6,50%	6,50%	N/A	N/A	6,50%	6,50%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	N/A	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	N/A

Para avaliação atuarial do exercício de 2015, foi adotada premissa de crescimento dos custos médicos (inflação médica) de 9,69% a.a. (3% a.a. em termos reais). No exercício anterior, essa premissa assumia característica decrescente, variando de 8,66% a.a. (3% a.a. em termos reais) no primeiro ano de projeção, atingindo o valor de 6,51% a.a. (0,95% a.a. em termos reais) para 2023 em diante. Para projeção dos custos, foi adotada premissa de crescimento dos custos em função da idade (*aging fator*) de 3,00% a.a.(3,00% a.a. em 2014). Foi adotada premissa de crescimento real das contribuições ao plano de saúde em 1,50% a.a em 2015 (1,50% a.a. em 2014). Foi adotada a premissa de que todos os participantes farão opção por permanecer no plano de saúde na aposentadoria. Para os saldos acumulados no FGTS foi adotada a premissa de rentabilidade real nula. **28. Imposto de renda e contribuição social:** A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2015**	**31/12/2014**	**31/12/2015**	**31/12/2014**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	493.395	685.881	973.864	1.155.351
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%	34%	34%
	(167.754)	(233.200)	(331.114)	(392.819)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	130.500	202.718	(118.368)	26.141
Controlada no exterior	–	–	(6.960)	(4.426)
Incentivos fiscais	–	–	74.679	84.904
Outros	(336)	9.306	(4.923)	3.491
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(37.590)	(21.176)	(386.686)	(282.709)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(38.639)	21.176	(359.136)	374.193
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.049	–	(27.550)	(91.484)
Total	(37.590)	21.176	(386.686)	282.709

* O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e a contribuição social a 9%. A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balanços patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
IR e CS sobre diferenças temporárias	**383.298**	334.800	**48.498**	(55.109)
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	**183.015**	162.941	**20.074**	(1.048)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	**251.658**	229.985	**21.673**	26.284
Provisão para obsolescência de estoque	**1.369**	1.288	**81**	(1.900)
Desreconhecimento de ativo regulatório	**–**	–	**–**	(46.620)
Variação cambial não realizada	**(60.153)**	(38.443)	**(21.710)**	(17.340)
Custo atribuído	**(60.662)**	(73.077)	**12.415**	–
Outras	**68.071**	52.106	**15.965**	(14.485)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	**(170.969)**	(96.674)	**(74.295)**	146.593
Ativo indenizável (concessão)	**(224.311)**	(153.413)	**(70.898)**	102.564
Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado	**51.384**	54.859	**(3.475)**	(3.478)
Desreconhecimento de passivo regulatório	**–**	–	**–**	46.981
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	**(1.754)**	(1.832)	**78**	526
Diferido perdas de bens	**3.712**	3.712	**–**	–
Subtotal - impacto no resultado do exercício	**212.329**	238.126	**(25.797)**	91.484
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	**212.475**	187.054	**25.421**	22.680
Plano de pensão	**214.153**	192.564	**21.589**	21.674
Swap	**(3.241)**	(5.510)	**2.269**	1.006
NDF	**1.563**	–	**1.563**	–
Total	**424.804**	425.180	**(376)**	114.164
Ativo diferido	**485.466**	498.257		
Passivo diferido	**(60.662)**	(73.077)		

29. Receita líquida: A composição do fornecimento de energia elétrica é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Fornecimento faturado	**10.943.440**	8.260.953
Fornecimento não faturado	**141.274**	33.186
Consumidores, concessionários e permissionários	**11.084.714**	8.294.139
Suprimento de energia elétrica	**724.722**	988.803
Subvenção baixa renda	**235.797**	273.912
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	**100.909**	76.343
Subvenção CDE - desconto tarifário	**357.572**	294.374
Disponibilidade da rede elétrica	**246.762**	164.663
Disponibilização da rede de transmissão (RAP)	**315.492**	311.925
Disponibilização da rede de transmissão com partes relacionadas	**16.140**	12.768
Receita de construção	**1.174.337**	763.142
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	**1.443.325**	722.198
Outras receitas	**245.566**	235.523
Receita operacional bruta	**15.945.336**	12.137.790
(-) Deduções da receita		
ICMS	**(2.931.942)**	(2.049.512)
PIS	**(260.924)**	(84.413)
COFINS	**(1.201.837)**	(388.909)
ISS	**(4.415)**	(3.713)
CDE	**(1.194.873)**	(50.554)
P&D e eficiência energética	**(85.480)**	(84.314)
Outros impostos e contribuições sobre a receita	**(43.066)**	(55.524)
Total de deduções de receita	**(5.722.537)**	(2.716.939)
Total	**10.222.799**	9.420.851

30. Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Depesas gerais e administrativas	Outras	Total	Depesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal (inclusive previdência privada)	**(32.373)**	**–**	**(32.373)**	(32.477)	–	(32.477)
Material	**(108)**	**–**	**(108)**	(106)	–	(106)
Serviços de terceiros	**(9.571)**	**–**	**(9.571)**	(5.257)	–	(5.257)
Depreciação e amortização	**(599)**	**–**	**(599)**	(634)	–	(634)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	**–**	**(23.269)**	**(23.269)**	–	(22.622)	(22.622)
Resultado de equivalência patrimonial	**489.197**	**–**	**489.197**	637.748	–	637.748
Outros custos/despesas operacionais	**(66.673)**	**62**	**(66.611)**	(4.057)	(116)	(4.173)
	379.873	**(23.207)**	**356.666**	595.217	(22.738)	572.479

	Consolidado									
	31/12/2015					31/12/2014				
	Custo do serviço	Despesas com vendas	Depesas gerais e administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesas com vendas	Depesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal (inclusive previdência privada)	**(260.381)**	**(4.707)**	**(190.596)**	**–**	**(455.684)**	(230.800)	(3.352)	(160.263)	–	(394.415)
Administradores	**(841)**	**(619)**	**(3.607)**	**–**	**(5.067)**	(1.890)	(1.632)	(4.534)	–	(8.056)
Material	**(61.538)**	**–**	**(1.766)**	**–**	**(63.304)**	(26.407)	(4.077)	(4.149)	–	(34.633)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	**(320.904)**	**–**	**–**	**–**	**(320.904)**	(248.512)	–	–	–	(248.512)
Serviços de terceiros	**(568.588)**	**(9.381)**	**(139.723)**	**–**	**(717.692)**	(448.405)	(17.747)	(129.006)	–	(595.158)
Energia elétrica comprada para revenda	**(4.719.542)**	**–**	**–**	**–**	**(4.719.542)**	(4.357.390)	–	–	–	(4.357.390)
Encargos do uso do sistema de transmissão	**(484.016)**	**–**	**–**	**–**	**(484.016)**	(376.392)	–	–	–	(376.392)
Encargos dos serviços de sistema	**(134.307)**	**–**	**–**	**–**	**(134.307)**	582	–	–	–	582
Custos na desativação de bens	**(34.552)**	**–**	**–**	**–**	**(34.552)**	(41.367)	–	359	–	(41.008)
Depreciação e amortização	**(490.459)**	**–**	**(25.108)**	**–**	**(515.567)**	(524.253)	–	(20.721)	–	(544.974)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**–**	**(157.618)**	**(454)**	**–**	**(158.072)**	–	(57.647)	(2.615)	–	(60.262)
Custo de construção	**(1.174.337)**	**–**	**–**	**–**	**(1.174.337)**	(763.142)	–	–	–	(763.142)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**–**	**–**	**(67.296)**	**–**	**(67.296)**	–	–	(63.557)	–	(63.557)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	**–**	**–**	**–**	**(23.269)**	**(23.269)**	–	–	–	(22.622)	(22.622)
Indenizações DIC/ FIC	**(51.988)**	**–**	**–**	**–**	**(51.988)**	(46.206)	–	–	–	(46.206)
Outros custos/ despesas operacionais	**(42.526)**	**(46)**	**(111.497)**	**(5.567)**	**(159.636)**	(54.412)	(858)	(43.952)	(15.795)	(115.017)
	(8.343.979)	**(172.371)**	**(540.047)**	**(28.836)**	**(9.085.233)**	(7.118.594)	(85.313)	(428.438)	(38.417)	(7.670.762)

continua

continuação

ENEL BRASIL S.A. (Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.) - CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

31. Resultado financeiro

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Receita financeira		
Rendimentos de aplicações financeiras	**28.149**	72.506
Transações com partes relacionadas	**101.345**	34.530
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**–**	12.209
Outras receitas financeiras	**1.780**	4.753
Total da receita financeira	**131.274**	123.998
Despesa financeira		
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**(589)**	–
Atualização de impostos e multas	**(284)**	–
Outras despesas financeiras	**(178)**	(13.734)
Total da despesa financeira	**(1.051)**	(13.734)
Variação cambial ativa	**27.979**	6.346
Variação cambial passiva	**(21.473)**	(3.208)
Total da variação cambial, líquida	**6.506**	3.138
Resultado financeiro	**136.729**	113.402
Receita financeira		
Rendimentos de aplicações financeiras	**97.510**	163.339
Multas e acréscimos moratórios	**139.577**	96.207
Receita financeira - ativo indenizável	**212.922**	–
Correção depósitos judiciais	**15.744**	–
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	**108.134**	–
INSS patronal	**–**	12.681
Outras receitas financeiras	**57.949**	64.023
Total da receita financeira	**631.836**	336.250
Despesa financeira		
Variações monetárias	**(9.868)**	(781)
Encargos de dívidas	**(152.746)**	(116.139)
Atualização de impostos e multas	**(6.408)**	(6.032)
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**(146.328)**	(101.242)
Encargo de fundo de pensão	**(52.642)**	(55.109)
Juros debêntures	**(152.499)**	(117.542)
Variações monetárias debêntures	**(97.929)**	(57.801)
Correção prog. efec. energética e P&D	**(1.022)**	(1.747)
IOF e IOC	**(16.610)**	(14.734)
Multas	**(34.982)**	(36.024)
Despesa financeira - ativo indenizável	**–**	(306.060)
Outras despesas financeiras	**(78.493)**	(99.127)
Total da despesa financeira	**(749.527)**	(912.338)
Variação cambial ativa	**90.802**	110.797
Variação cambial passiva	**(136.813)**	(129.447)
Total da variação cambial, líquida	**(46.011)**	(18.650)
Resultado financeiro	**(163.702)**	(594.738)

32. Participação nos resultados: A Companhia e suas controladas implantaram o programa de participação dos empregados nos resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos, metas estas que vem desde o plano estratégico da Empresa até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante dessa participação no exercício de 2015 foi de R$3.918 (R$4.299 em 2014). A participação da Companhia somada às controladas, no exercício de 2015, foi de R$33.367 (R$39.897 em 2014).

33. Cobertura de seguros: Os principais ativos em serviço do Grupo estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel, com o valor em risco para danos materiais no montante de R$8.063.159 e para lucros cessantes de R$11.314.165, bem como um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R$192.195 para as empresas de distribuição e R$2.964.377 para as demais empresas. O Grupo também contrata um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel no valor de R$768.700 por sinistro e no agregado anual. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 01 de novembro de 2015 a 31 de outubro de 2016. Em 31 de dezembro de 2015, as controladas da Enel Brasil possuíam as seguintes coberturas de seguros.

Risco operacional Controladas	Data de vigência	Importância assegurada	Limite máximo de garantia por sinistro
AMPLA ENERGIA	01/11/2015 à 31/10/2016	**1.505.861**	**192.195**
CDSA	01/11/2015 à 31/10/2016	**3.005.103**	**2.964.377**
CIEN	01/11/2015 à 31/10/2016	**1.542.452**	**2.964.377**
CGTF	01/11/2015 à 31/10/2016	**1.027.835**	**2.964.377**
COELCE	01/11/2015 à 31/10/2016	**968.230**	**192.195**
ENEL BRASIL	01/11/2015 à 31/10/2016	**5.186**	**2.964.377**
PRÁTIL	01/11/2015 à 31/10/2016	**8.492**	**2.964.377**

Responsabilidade civil

Controladas	Data de vigência	Limite máximo de garantia por sinistro
AMPLA ENERGIA	01/11/2015 à 31/10/2016	**768.780**
CDSA	01/11/2015 à 31/10/2016	**768.780**
CIEN	01/11/2015 à 31/10/2016	**768.780**
CGTF	01/11/2015 à 31/10/2016	**768.780**
COELCE	01/11/2015 à 31/10/2016	**768.780**
ENEL BRASIL	01/11/2015 à 31/10/2016	**768.780**
PRÁTIL	01/11/2015 à 31/10/2016	**768.780**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente: Mario Fernando de Melo Santos
Vice Presidente: Luca D'Agnese
Antônio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque
Gianluca Caccialupi

DIRETORIA – EXECUTIVA
Diretor Presidente: Marcelo Andrés Llévenes Rebolledo
Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle: Luis Fermin Larumbe Aragon
Diretor Jurídico: Antônio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque
Diretor de Recursos Humanos e Organização: Carlos Ewandro Naegele Moreira
Diretor de Regulação: José Alves de Mello Franco
Diretor de Relações Institucionais: José Nunes de Almeida Neto
Diretora de Comunicação: Janaina Savino Vilella Carro
Diretora de Serviços e Segurança Patrimonial: Flávia da Silva Baraúna
Diretora de Compras: Margot Frota Cohn Pires
Diretora de Sustentabilidade: Márcia Massotti de Carvalho
Diretor de Tecnologia da Informação e Telecomunicações: Gabriel Maluly Neto
Diretro de Desenvolvimento de Negócios de Geração: Manuel Ricardo Soto Retamal
Diretor de Desenvolvimento e Negócios de Infra-Estrutura e Redes: Guiherme Gomes Lencastre
Diretor Adjunto: Matteo de Zan Diretor Adjunto: Michele Siciliano
Diretora Adjunta: Cristine de Magalhães Marcondes

RELAÇÕES COM INVESTIDORES
Hugo de Barros Nascimento

CONTADOR
André Oswaldo dos Santos – CRC SP-235939/O-7

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No dia 28 de março de 2016, reuniu-se o Conselho de Administração da ENEL BRASIL S.A. para examinar as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Examinadas as referidas Demonstrações Financeiras, decidiu o Conselho de Administração exarar o seguinte parecer:

PARECER

Os membros do Conselho de Administração da ENEL BRASIL S.A., abaixo assinados, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2015, compreendendo o Relatório da Administração, o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, além das demonstrações de outros resultados abrangentes, complementadas pelas notas explicativas, tendo ainda, a informação de que o relatório dos auditores externos, sem ressalvas, será emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., após a referida reunião. Os Conselheiros também aprovaram a proposta de destinação de lucro do exercício e os referidos documentos, propondo sua submissão à Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Niterói, 28 de março de 2016. Mario Fernando de Melo Santos - Presidente do Conselho e da Reunião; Luca D'Agnese – Conselheiro; Gianluca Caccialupi – Conselheiro; Antônio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque - Conselheiro.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Enel Brasil S.A.** Niterói - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enel Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Enel Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Rio de Janeiro, 28 de março de 2016. ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. - CRC - 2SP 015.199/F-6. Paulo José Machado - Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4.

Governo quer dividir reforma do ICMS em duas etapas para amenizar problemas

Estados têm o compromisso de revelar todos os incentivos que possuem

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo de Oliveira, defendeu ontem, durante audiência pública no Senado, que a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) seja dividida em duas etapas, deixando para depois a parte mais polêmica, que trata de redução das alíquotas. Com a reforma, o governo pretende amenizar os problemas de arrecadação dos estados, em decorrência da chamada guerra fiscal.

Segundo Oliveira, as propostas que tramitam atualmente exigem compensação pelas perdas que os estados terão na transição. Os estados e a União avaliam que não terão condições de arcar com essas perdas.

"Então, o que estamos começando a discutir é estabelecer o processo de reforma do ICMS em duas etapas, onde começaríamos pela convalidação (reconhecimento) dos benefícios, reduzindo com isso a insegurança jurídica das empresas que têm hoje passivos tributários bilionários, o que inviabiliza novos projetos de investimentos e contribui para a estagnação da atividade. Precisamos retirar esse grande risco jurídico, criando um mecanismo transparente de convalidação", disse o secretário.

Para que isso ocorra, Oliveira disse que os estados têm que se comprometer a revelar todos os incentivos que possuem, para que sejam aprovados no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) "por meio de uma cláusula de maioria qualificada, sem a necessidade de cláusula de consenso".

Após a convalidação, os benefícios dos estados teriam prazo de duração, de acordo com a categoria do incentivo. Durante esse período, as unidades da federação poderiam acessar recursos de um fundo criado com recursos da repatriação, sancionada pela presidente Dilma Rousseff.

"Os recursos da repatriação poderiam formar o fundo de desenvolvimento regional. Os estados então continuariam mantendo uma boa capacidade de gestão da política de desenvolvimento regional por meio desse fundo", explicou o secretário.

Segundo Oliveira, a implementação da reforma do ICMS ocorreria somente em um segundo estágio. "O fundo de compensação não teria recursos suficientes com a repatriação. As propostas atuais preveem que a União complemente esse valor, ou que os próprios estados arquem com essa diferença, que era a proposta original. Só que, no momento atual, nem União nem estados têm condições de arcar com essa perda temporária. Isso, portanto, deveria ser colocado para um prazo um pouco mais adiante, em um segundo estágio, e não neste exato momento", disse.

"O que é urgente nesse momento é a redução do custo jurídico envolvido em todos esses benefícios", acrescentou.

MP desarticula quadrilha que cobrava propina de comerciantes no estado do Rio de Janeiro

Cinco pessoas foram presas na ação, entre elas, o dono de frigorífico

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, com apoio da Coordenadoria de Segurança e Inteligência, realizou ontem uma ação para cumprir seis mandados de busca e apreensão no município do Rio, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, na Região dos Lagos, e em Três Rios, no interior do estado. Batizada de "Percentual do Boi", a operação teve por finalidade desarticular uma quadrilha envolvida na cobrança de propina de comerciantes da Região dos Lagos.

Cinco pessoas foram denunciadas: o ex-chefe da Inspetoria da Receita estadual de Cabo Frio, César Enéas Marzano; o auditor fiscal aposentado José Michel Farah; o empresário Hugo Cecílio de Carvalho, sócio do Frigorífico Boi Bom, em Cabo Frio; e os funcionários do frigorífico Rogério Lourenço da Silva e Jeane Moreira da Silva. Eles são acusados de fazer parte da quadrilha envolvida com associação criminosa e lavagem de dinheiro.

Durante a ação, foi preso o empresário Hugo Cecílio de Carvalho, dono do frigorífico, por porte ilegal de arma. Ainda foi encontrada uma grande quantidade de dinheiro que está sendo contabilizada pela equipe do Gaeco. Também houve apreensão de equipamentos e computadores no local.

Na investigação, foi apreendida uma planilha com 66 registros de propinas extorquidas de comerciantes de Cabo Frio. Nas anotações, feitas entre 2005 e 2009, foram recolhidas propinas que somam R$ 738.130,87 em cheques.

Ainda de acordo com os promotores de Justiça do Gaeco, os cheques extorquidos dos comerciantes eram trocados no Frigorífico Boi Bom, que fazia a lavagem do dinheiro e ficava com uma comissão entre 4% e 6% do valor dos cheques arrecadados pelos fiscais.

Aneel aumenta energia em quatro estados do Nordeste

Reajuste considera a variação de custos associados à prestação do serviço

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem reajuste tarifário para quatro distribuidoras de energia, que atendem consumidores do Ceará, da Bahia, do Rio Grande do Norte e de Sergipe. Os novos preços começam a valer na próxima sexta-feira (22).

A Companhia Energética do Ceará poderá reajustar a tarifa de energia em 13,7% para os consumidores residenciais e em 11,51% para as indústrias. Os novos valores serão aplicados para 3,4 milhões de unidades consumidoras localizadas em 184 municípios do estado.

Para a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia o aumento será 10,82% para os consumidores residenciais e 10,64% para as indústrias. A companhia atende 5,7 milhões de consumidores nos 415 municípios baianos.

O reajuste tarifário da Companhia Energética do Rio Grande do Norte será 7,8% para os consumidores residenciais e 7,61% para as indústrias. A empresa distribui energia para 1,3 milhão de unidades consumidoras em 167 municípios do estado.

Para a Energisa o aumento será 5,6% para os consumidores residenciais e 4,74% para as indústrias. A distribuidora atende 731 mil unidades consumidoras localizadas em 63 municípios de Sergipe.

Segundo a agência reguladora, o reajuste considera a variação de custos associados à prestação do serviço, conforme estabelecido no contrato de concessão das distribuidoras. O cálculo leva em conta a aquisição e a transmissão de energia elétrica, além dos encargos setoriais. Os custos típicos da atividade de distribuição são atualizados com base no Índice Geral de Preços de Mercado.